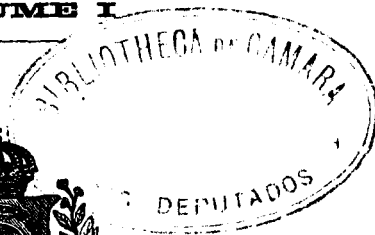


COLLECCÃO DAS LEIS
DO
IMPERIO DO BRAZIL
DE
1888

PARTE I, TOMO XXXV.—PARTE II, TOMO LI.

VOLUME I



RIO DE JANEIRO
IMPrensa NACIONAL

1889

INDICE

DOS

ACTOS DO PODER LEGISLATIVO

DE

1888

PARTE I



- N. 3353. — AGRICULTURA. — Lei de 13 de Maio de 1888. —
Declara extinta a escravidão no Brazil.....
- N. 3354. — GUERRA. — Decreto de 16 de Maio de 1888. — Auto-
riza o Governo para conceder ao Capitão reformado do
Exercito José Joaquim Pinto de Azevedo Goyatacaz, me-
lhoramento de reforma, com o soldo por inteiro..... 2
- N. 3355. — IMPERIO. — Decreto de 30 de Maio de 1888. —
Approva a pensão de 18400 diários concedida, reparti-
damente, aos menores Paula Francisca Nery e José Nery
de Oliveira Araujo..... 3
- N. 3356. — GUERRA. — Decreto de 6 de Junho de 1888. — Manda
contar antiguidade de posto, desde a data das respecti-
vas comissões, nos officiaes do Exercito promovidos em
comissão por actos de bravura, na guerra do Paraguay. 3
- N. 3357. — FAZENDA. — Decreto de 20 de Junho de 1888. —
Autorisa a concessão de meio soldo a D. Ambrosina
Rosa de Jesus..... 4
- N. 3358. — JUSTIÇA. — Decreto de 30 de Junho de 1888. — Dis-
põe sobre a aposentação dos Magistrados a que se refere
o Decreto n. 3309 de 9 de Outubro de 1886..... 5
- N. 3359. — GUERRA. — Decreto de 4 de Julho de 1888. — Manda
que a antiguidade de posto do Tenente do 3º regimento
de cavallaria ligeira Antonio Facundo de Castro Mene-
zes seja contada de 29 de Novembro de 1880..... 6

INDICE DOS ACTOS

	Paga.
N. 3363.— FAZENDA.— Decreto de 18 de Julho de 1888.— Releva a D. Maria Deolinda de Azambuja da prescrição em que incorreu.....	6
N. 3361.— AGRICULTURA.— Decreto de 18 de Julho de 1888.— Autorisa o Governo a despende até a quantia de 300:000\$ como auxilio á Commissão Franco-Brazileira para a Exposição Universal de Pariz e os expositores brazileiros.....	7
N. 3362.— IMPERIO.— Decreto de 8 de Agosto de 1888.— Eleva a pensão de Felizardo José da Silva a 500 réis diários...	8
N. 3363.— JUSTIÇA.— Decreto de 18 de Agosto de 1888.— Autorisa o Governo a conceder ao Bacharel Joaquim Barbosa Lima, Desembargador da Relação de Goyaz, um anno de licença com o respectivo ordenado.....	9
N. 3364.— JUSTIÇA.— Decreto de 18 de Agosto de 1888.— Autorisa o Governo a conceder ao Desembargador da Relação de Cuyabá, Luiz de Albuquerque Martins Pereira, um anno de licença com o respectivo ordenado.....	9
N. 3365.— JUSTIÇA.— Decreto de 18 de Agosto de 1888.— Autorisa o Governo a prorogar por mais seis mezes, com ordenado, a licença concedida ao Desembargador Constantino José da Silva Braga, da Relação de Belem.....	10
N. 3363.— GUERRA.— Lei de 21 de Agosto de 1888.— Fixa as Forças da terra para o anno financeiro de 1889..	11
N. 3367.— MARINHA.— Lei de 21 de Agosto de 1888.— Fixa a Força Naval para o anno de 1889.....	12
N. 3368.— JUSTIÇA.— Decreto de 31 de Agosto de 1888.— Autorisa o Governo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao Bacharel João da Cunha Pereira Beltrão, Juiz de Direito da comarca de Caçapava, na Provincia do Rio Grande do Sul.....	14
N. 3369.— IMPERIO.— Decreto de 7 de Setembro de 1888.— Autorisa o Governo a conceder ao Conego Diniz Affonso de Mendonça e Silva, Vizario collado da freguezia de S. Francisco Xavier de Itaguahy, um anno de licença, com a respectiva congrua, para tratar de sua saude....	14
N. 3370.— FAZENDA.— Decreto de 15 de Setembro de 1888.— Autorisa o Governo a elevar a aposentadoria de Avelino Severo de Carvalho e Gama.....	15
N. 3371.— FAZENDA.— Decreto de 15 de Setembro de 1888.— Autorisa o Governo a rever as contas do ex-Pagador da Pagadoria Central de S. Pedro do Sul, Estanislão José de Freitas.....	16
N. 3372.— FAZENDA.— Decreto de 15 de Setembro de 1888.— Autorisa o Governo a conceder um anno de licença a Joaquim Francisco do Nascimento.....	16
N. 3373.— IMPERIO.— Decreto de 22 de Setembro de 1888.— Autorisa o Governo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao Dr. João Pereira Monteiro, Lente da 1ª cadeira do 5º anno da Faculdade de S. Paulo.....	17

Pags.

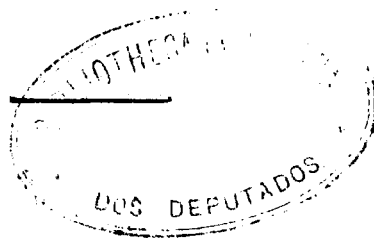
- N. 3374.— JUSTIÇA.— Decreto de 22 de Setembro de 1888.—
Autorisa o Governo a conceder ao Desembargador da
Relação de S. Luiz, Guilherme Cordeiro Coelho Cintra,
um anno de licença com o respectivo ordenado..... 18
- N. 3375.— FAZENDA.— Decreto de 22 de Setembro de 1888.—
Releva da prescrição em que incorreu D. Manoela das
Dores Silva Charão para poder receber meio soldo..... 18
- N. 3376.— MARINHA.— Lei de 6 de Outubro de 1888.— Abre ao
Ministerio da Marinha o credito de 442:303\$129, sendo
43:597\$654 para — Corpo da Armada, etc., — 234:839\$969
para — Força naval —, 3\$000 para — Etapas — e 103:862\$506
para — Munições navaes —, do exercicio de 1886 - 1887. 19
- N. 3377.— IMPERIO.— Lei de 6 de Outubro de 1888.— Concede
ao Ministerio dos Negocios do Imperio um credito supple-
mentar á verba — Soccorros publicos — do exercicio de
1886 - 1887, na importancia de 350:679\$165. 20
- N. 3378.— IMPERIO.— Decreto de 6 de Outubro de 1888.—
Approva o decreto que mandou reverter á Baroneza de
S. Borja, sem prejuizo do meio soldo que percebe, a
pensão que recebia seu fallecido marido..... 21
- N. 3379.— IMPERIO.— Decreto de 6 de Outubro de 1888.—
Approva a pensão de 42\$ mensaes, a que foi elevada, sem
prejuizo do meio soldo, a de 36\$ mensaes concedida a
D. Umbelina Leopoldina de Albuquerque..... 22
- N. 3380.— IMPERIO.— Decreto de 6 de Outubro de 1888.—
Approva a pensão de 400 réis diarios concedida ao
aprendiz artilheiro reformado Alfredo Amando de Souza
Aguiar..... 23
- N. 3381.— GUERRA.— Decreto de 13 de Outubro de 1888.—
Manda que a antiguidade de posto do Capitão Ignacio
Henrique de Gouvêa seja contada de 11 de Dezembro
de 1858..... 23
- N. 3382.— FAZENDA.— Decreto de 20 de Outubro de 1888.—
Reduz o imposto que as Ordens Terceiras do Imperio
pagam pelos predios que constituem o patrimonio de seus
hospitales..... 24
- N. 3383.— FAZENDA.— Decreto de 20 de Outubro de 1888.—
Releva da prescrição em que incorreu D. Francisca
Joaquina de Moraes Queiroz, quanto ao meio soldo do
seu finado marido..... 25
- N. 3384.— IMPERIO.— Decreto de 20 de Outubro de 1888.—
Approva o decreto que concedeu a pensão de 400 réis
diarios á praça do 4º batalhão de infantaria Felix
Pereira da Silva..... 25
- N. 3385.— FAZENDA.— Decreto de 27 de Outubro de 1888.—
Releva D. Felisberta Amelia de Abreu e Prado da pre-
scrição, em que incorreu, para poder receber meio soldo. 26
- N. 3386.— FAZENDA.— Decreto de 27 de Outubro de 1888.—
Reconhece D. Augusta Vicencia Teixeira de Freitas com
direito a perceber montepio de Marinha.....
- N. 3387.— JUSTIÇA.— Decreto de 27 de Outubro de 1888.—
Autorisa o Governo a conceder ao Bacharel Manoel

DOS DECRETOS

	Pags.
Alves de Lima Gordilho, Desembargador da Relação de Ouro Preto, um anno de licença com o respectivo ordenado.....	27
N. 3388.— JUSTIÇA.— Decreto de 27 de Outubro de 1883.— Autorisa o Governo a conceder ao Desembargador da Relação de Belem, Casimiro de Senna Madureira, licença, até um anno, com o respectivo ordenado.....	28
N. 3389.— FAZENDA.— Decreto de 10 de Novembro de 1888.— Concede a D. Antonia Emilia da Silva Manta dispensa de lapso de tempo para poder receber montepio de Marinha.....	29
N. 3390.— FAZENDA.— Decreto de 10 de Novembro de 1888.— Concede o montepio de Marinha a D. Maria Paula de Oliveira, depois de competentemente habilitada.....	29
N. 3391.— IMPERIO.— Decreto de 17 de Novembro de 1888.— Autorisa o Governo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao Inspector de saude do porto do Pará, Dr. Fernando Ferreira da Costa.....	30
N. 3392.— IMPERIO.— Decreto de 17 de Novembro de 1888.— Autorisa o Governo a jubilar, com os vencimentos que actualmente percebe, a Professora da 1ª escola publica de meninas da parochia de Santo Antonio desta Côte, D. Elisa Tanner.....	31
N. 3393.— ESTRANGEIROS.— Lei de 17 de Novembro de 1888.— Concede ao Ministerio dos Negocios Estrangeiros o credito supplementar de 123:388\$456, para ser applicado ás despesas da rubrica 7ª da Lei do orçamento do exercicio de 1886 - 1887, e 2º semestre de 1887 e exercicio de 1888.....	31
N. 3394.— MARINHA.— Lei de 24 de Novembro de 1888.— Reorganiza a Escola Naval.....	32
N. 3395.— MARINHA.— Decreto de 24 de Novembro de 1888.— Autorisa o Governo a conceder aposentadoria ao ex-sargento ajudante da companhia de aprendizes artifices do Arsenal de Marinha da Côte, Ignacio Alves da Penha.	38
N. 3396.— FAZENDA.— Lei de 24 de Novembro de 1888.— Orça a Receita Geral do Imperio para o exercicio de 1889 e dá outras providencias.....	38
N. 3397.— FAZENDA.— Lei de 24 de Novembro de 1888.— Fixa a Despesa Geral do Imperio para o exercicio de 1889 e dá outras providencias.....	48
N. 3398.— IMPERIO.— Decreto de 24 de Novembro de 1888.— Approva o decreto pelo qual foi elevada a 500 réis a pensão de 400 réis diarios concedida ao anseçada Juilão Pereira da Motta.....	74
N. 3399.— AGRICULTURA.— Decreto de 24 de Novembro de 1888.— Autorisa o Governo a conceder a José Alfredo Cunha Vieira & Comp., ou á empresa que elles organizarem, diversos favores para o fim de abrir uma rua nova em frente á praça Vinte e Oito de Setembro, alargar a rua de S. Bento e a do Conselheiro Saraiva.	74

Pags.

N. 3400.— FAZENDA.— Decreto de 24 de Novembro de 1888. — Autorisa o Governo a mandar pagar a D. Amalia de Macedo Pimentel e D. Clotilde Carrêro de Macedo Aché a quantia que respectivamente lhes couber do montepio de seu pai, o Coronel Antonio Carlos Pereira de Macedo.....	75
N. 3401.— FAZENDA.— Decreto de 24 de Novembro de 1888. — Releva da prescrição em que incorreu D. Ignacia Francisca do Rego Monteiro para poder receber meio soldo.....	76
N. 3402.— FAZENDA.— Decreto de 24 de Novembro de 1888. — Autorisa o pagamento de frs. 350.000 á <i>Compagnie Générale de Chemins de Fer Brésiliens</i>	77
N. 3403.— FAZENDA.— Decreto de 24 de Novembro de 1888. — Permite ás companhias anonymas, que se propuzeram a fazer operações bancarias, emittir, mediante certas condições, bilhetes ao portador e á vista, convertiveis em moeda corrente, e dá outras providencias.	78
N. 3404.— IMPERIO.— Decreto de 24 de Novembro de 1888.— Autorisa o Governo a jubilar, com o ordenado que actualmente percebe, o Lente da cadeira de theologia moral do Seminario Episcopal da Conceição de Cuyabá, Conego Antonio Henrique de Carvalho Ferro.....	82
N. 3405.— JUSTIÇA.— Decreto de 24 de Novembro de 1888.— Autorisa o Governo a conceder ao Bacharel José Antonio Rodrigues, Desembargador da Relação de Belem, até um anno de licença, com o respectivo ordenado.....	83
N. 3406.— JUSTIÇA.— Decreto de 24 de Novembro de 1888.— Autorisa o Governo a conceder um anno de licença, com o respectivo ordenado, ao Desembargador da Relação de Goyaz, Bacharel Francisco de Paula Lins dos Guimarães Peixoto.....	84
N. 3407.— MARINHA.— Decreto de 1 de Dezembro de 1888.— Manda contar ao Capitão-Tenente Antonio Calmon du Pin e Almeida, para sua antiguidade de classe, o tempo durante o qual serviu como Director das construcções navaes do Arsenal de Marinha da Bahia.....	84



ACTOS DO PODER LEGISLATIVO

1888

LEI N. 3353 — DE 13 DE MAIO DE 1888

Declara extinta a escravidão no Brazil.

A Princeza Imperial Regente, em Nome de Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, Faz saber a todos os subditos do Imperio que a Assembléa Geral decretou e Ella sancionou a Lei seguinte :

Art. 1.º E' declarada extinta, desde a data desta Lei, a escravidão no Brazil.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Manda, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas e interino dos Negocios Estrangeiros, Bacharel Rodrigo Augusto da Silva, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Maio de 1888, 67º da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Rodrigo Augusto da Silva.

DEPUTADOS

Carta de lei, pela qual Vossa Alteza Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem Sanccionar, declarando extincta a escravidão no Brazil, como nella se declara.

Para Vossa Alteza Imperial Ver.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Antonio Ferreira Vianna.*

Transitou em 13 de Maio de 1888.— *José Julio de Albuquerque Barros.*



DECRETO N. 3354 — DE 16 DE MAIO DE 1888

Autorisa o Governo para conceder ao Capitão reformado do Exercito José Joaquim Pinto do Azevedo Goyatacaz, melhoramento de reforma, com o soldo por inteiro.

A Princesa Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Tem sancionado e Manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Artigo unico. E' o Governo autorizado para conceder ao Capitão reformado do Exercito José Joaquim Pinto de Azevedo Goyatacaz, melhoramento de reforma, com o soldo por inteiro, visto achar-se comprehendido na Lei de 18 de Agosto de 1852: revogadas as disposições em contrario.

Thomaz José Coelho de Almeida, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido o expeça os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em 16 de Maio de 1888, 67º da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Thomaz José Coelho de Almeida.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Antonio Ferreira Vianna.*

Transitou em 29 de Maio de 1888.— *José Julio de Albuquerque Barros.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra em 1 de Junho de 1888.— O Director, *Francisco Manoel das Chagas.*



DECRETO N. 3355 — DE 30 DE MAIO DE 1888

Approva a pensão de 1\$400 diários concedida, repartidamente, aos menores Paula Francisca Nery e José Nery de Oliveira Araujo.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador, Ha por bem Sancconar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral :

Art. 1.º E' approvada a pensão de 1\$400 diários, equivalente ao soldo de 2º Sargento do Corpo Militar de Policia da Côte, concedida, repartidamente, por Decreto de 4 de Agosto de 1887, aos menores Paula Francisca Nery e José Nery de Oliveira Araujo, irmãos do 2º Sargento daquelle Corpo, Antonio Nery de Oliveira Araujo, fallecido por ferimentos mortaes recebidos em acto de serviço, devendo, porém, o menor José perceber a referida pensão sómente até sua maioridade.

Art. 2.º Esta pensão será paga da data do decreto que a concedeu ; revogadas as disposições em contrario.

José Fernandes da Costa Pereira Junior, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 30 de Maio de 1888, 67º da Independencia e do Imperio.

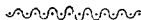
PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

José Fernandes da Costa Pereira Junior.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Antonio Ferreira Vianna.*

Transitou em 5 de Junho de 1888. — *José Julio de Albuquerque Barros.* — Registrado.

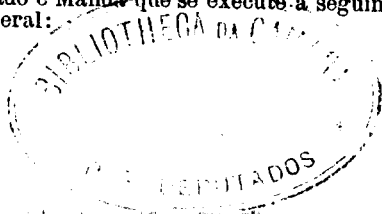
Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 9 de Junho de 1888. — O Director da 3ª Directoria, Dr. J. J. de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque.



DECRETO N. 3356 — DE 6 DE JUNHO DE 1888

Manda contar antiguidade de posto, desde a data das respectivas commissões, aos officiaes do Exercito promovidos em commissão por actos de bravura, na guerra do Paraguay.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Tem sancconado e Manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:



Art. 1.º Aos officiaes do Exercito, promovidos em commissão por actos de bravura na guerra do Paraguay, se contará antiguidade de posto desde a data das respectivas commissões.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

Thomaz José Coelho de Almeida, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e execute os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em 6 de Junho de 1888, 67º da Independencia e do Imperio.

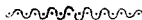
PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Thomaz José Coelho de Almeida.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Antonio Ferreira Vianna.*

Transitou em 9 de Junho de 1888. — *José Julio de Albuquerque Barros.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra em 12 de Junho de 1888. — O Director, *Francisco Manoel das Chagas.*



DECRETO N. 3357 — DE 20 DE JUNHO DE 1888

Autorisa a concessão de meio soldo a D. Ambrosina Rosa de Jesus.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica autorizado o Governo a conceder meio soldo a D. Ambrosina Rosa de Jesus, mãe do Alferes reformado do Exercito João Soares Baptista Machado.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 20 de Junho de 1888, 67º da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Antonio Ferreira Vianna.*

Transitou em 27 de Junho de 1888.—*José Julio de Albuquerque Barros.*— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda em 30 de Junho de 1888.— *José Severiano da Rocha.*



DECRETO N. 3358 — DE 30 DE JUNHO DE 1888

Dispõe sobre a aposentação dos Magistros a que se refere o Decreto n. 3309 de 9 de Outubro de 1886.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador, Ha por bem Sancionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º A disposição do § 1.º do art. 1.º do Decreto n. 3309 de 9 de Outubro de 1886 não é applicavel ao Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, que exercesse semelhante cargo e tivesse mais de 72 annos de idade, quando foi publicado o referido decreto, para o effeito de poder ser aposentado logo que tivesse completado 40 annos de serviço.

Paragrapho unico. Fica dispensado para as aposentações com todos os vencimentos que se effectuarem, d'ora em diante, o tempo de effectivo serviço no cargo durante tres annos.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

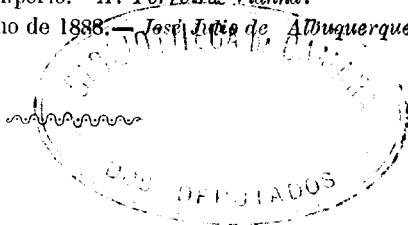
O Dr. Antonio Ferreira Vianna, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 30 de Junho de 1888, 67º da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

A. Ferreira Vianna.

Chancellaria-mór do Imperio.—*A. Ferreira Vianna.*

Transitou em 2 de Julho de 1888.—*José Julio de Albuquerque Barros.*— Registrado.



DECRETO N. 3359 — DE 4 DE JULHO DE 1888

Manda que a antiguidade de posto do Tenente do 3º regimento de cavallaria ligeira Antonio Facundo de Castro Menezes seja contada do 29 de Novembro de 1880.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Tem sancionado e Manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral :

Art. 1.º Ao Tenente do 3º regimento de cavallaria ligeira Antonio Facundo de Castro Menezes será contada a antiguidade do posto de 29 de Novembro de 1880.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Thomaz José Coelho de Almeida, do Conselho do mesmo Augusto Senhor, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e execute os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em 4 de Julho de 1888, 67º da Independencia e do Imperio.

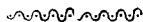
PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Thomas José Coelho de Almeida.

Chancelleria-mór do Imperio. — *Antonio Ferreira Vianna.*

Transitou em 7 de Julho de 1888. — *José Julio de Albuquerque Barros.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra em 7 de Julho de 1888. — O Director, *Francisco Manoel das Chagas.*



DECRETO N. 3360 — DE 18 DE JULHO DE 1888

Relova a D. Maria Deolinda de Azambuja da prescripção em que incorreu.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador, Ha por bem Sancionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral :

Art. 1.º Fica relevada a prescripção em que incorreu D. Maria Deolinda de Azambuja, viuva do Capitão do 5º corpo de caçadores a cavallo Jeronymo Pacheco de Azambuja, para o fim de lhe ser mandado abonar o respectivo meio soldo, desde a data da Resolução legislativa n. 2618 de 8 de Setembro de 1875.

Art. 2.º Ficam revogadas para esse effeito as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 18 de Julho de 1888, 67º da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Antonio Ferreira Vianna.*

Transitou em 20 de Julho de 1888.— *José Julio de Albuquerque Barros.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda em 23 de Julho de 1888.— *José Severiano da Rocha.*



DECRETO N. 3361 — DE 18 DE JULHO DE 1888

Autorisa o Governo a despendor até a quantia de 300:000\$ como auxilio á Commissão Franco-Brazileira para a Exposição Universal de Pariz e os expositores brasileiros.

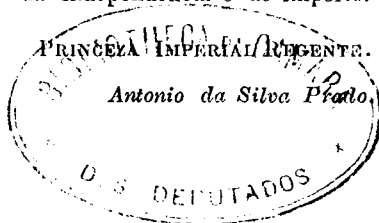
A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorisado a despendor até a quantia de 300:000\$ para auxiliar a Commissão Franco-Brazileira para a Exposição Universal de Pariz e os expositores brasileiros que concorrerem a essa exposição.

Art. 2.º O Governo poderá realizar para tal fim as necessarias operações de credito.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Antonio da Silva Prado, Senador do Imperio, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 18 de Julho de 1888, 67º da Independencia e do Imperio.



Chancellaria-mór do Imperio.— *Antonio Ferreira Vianna.*

Transitou em 21 de Julho de 1888.— *José Julio de Albuquerque Barros.*— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 24 de Julho de 1888.— O Director, *Barão de Guimarães.*



DECRETO N. 3362 — DE 8 DE AGOSTO DE 1888

Eleva a pensão de Felizardo José da Silva a 500 réis diários.

A Princesa Imperial Regente, em Nome do Imperador, Ha por bem Sancionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica approvado o Decreto de 20 de Novembro de 1886, que eleva a pensão de Felizardo José da Silva a quinhentos réis diários.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

José Fernandes da Costa Pereira Junior, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em 8 de Agosto de 1888, 67º da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

José Fernandes da Costa Pereira Junior.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Antonio Ferreira Vianna.*

Transitou em 18 de Agosto de 1888. — *José Julio de Albuquerque Barros.* — Registrado.

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 24 de Agosto de 1888. — O Director da 3ª Directoria, Dr. *J. J. de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque.*



DECRETO N. 3363 — DE 18 DE AGOSTO DE 1888

Autorisa o Governo a conceder ao Bacharel Joaquim Barbosa Lima, Desembargador da Relação de Goyaz, um anno de licença com o respectivo ordenado.

A Princesa Imperial Regente, em Nome do Imperador, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral :

Artigo unico. E' o Governo autorizado para conceder ao Bacharel Joaquim Barbosa Lima, Desembargador da Relação de Goyaz, um anno de licença com o respectivo ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier ; revogadas as disposições em contrario.

O Dr. Antonio Ferreira Vianna, do Conselho do mesmo Augusto Senhor, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 18 de Agosto de 1888, 67º da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Antonio Ferreira Vianna.

Chancellaria-mór do Imperio.— *A. Ferreira Vianna.*

Transitou em 21 de Agosto de 1888.— *José Julio de Albuquerque Barros.*— Registrado.



DECRETO N. 3364 — DE 18 DE AGOSTO DE 1888

Autorisa o Governo a conceder ao Desembargador da Relação de Cuyabá, Luiz de Albuquerque Martins Pereira, um anno de licença com o respectivo ordenado.

A Princesa Imperial Regente, em Nome do Imperador, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral :

Artigo unico. E' o Governo autorizado a conceder ao Desembargador da Relação de Cuyabá, Luiz de Albuquerque Martins Pereira, um anno de licença com o respectivo ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier ; revogadas as disposições em contrario.

O Dr. Antonio Ferreira Vianna, do Conselho do mesmo Augusto Senhor, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios

da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 18 de Agosto de 1888, 67º da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Antonio Ferreira Vianna.

Chancellaria-mór do Imperio.— *A. Ferreira Vianna.*

Transitou em 21 de Agosto de 1888.— *José Julio de Albuquerque Barros.*— Registrado.



DECRETO N. 3365 — DE 18 DE AGOSTO DE 1888

Autorisa o Governo a prorogar por mais seis mezes, com ordenado, a licença concedida ao Desembargador Constantino José da Silva Braga, da Relação de Belem.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador, Ha por bem Sancionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Artigo unico. O Governo é autorizado para prorogar por mais seis mezes, com ordenado, a licença concedida ao Desembargador Constantino José da Silva Braga, da Relação de Belem, para tratar de sua saude; revogadas as disposições em contrario.

O Dr. Antonio Ferreira Vianna, do Conselho do mesmo Augusto Senhor, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 18 de Agosto de 1888, 67º da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Antonio Ferreira Vianna.

Chancellaria-mór do Imperio.— *A. Ferreira Vianna.*

Transitou em 21 de Agosto de 1888.— *José Julio de Albuquerque Barros.*— Registrado.



LEI N. 3366 — DE 21 DE AGOSTO DE 1888

Fixa as Forças de terra para o anno financeiro de 1889.

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador, Faz saber a todos os subditos deste Imperio que a Assembléa Geral decretou e Ella sancionou a Lei seguinte:

Art. 1.º As Forças de terra para o anno financeiro de 1889 constarão:

§ 1.º Dos officiaes das differentes classes do quadro do Exercito.

§ 2.º De 13.500 praças de pret em circumstancias ordinarias e de 30.000 em circumstancias extraordinarias. Estas forças serão completadas na forma da Lei n. 2556 de 26 de Setembro de 1874.

§ 3.º Das companhias de aprendizes artilheiros, não excedendo de 400 praças, das duas companhias de aprendizes militares creadas nas Provincias de Minas Geraes e Goyaz com o pessoal que lhes foi marcado, e do corpo de alumnos da Escola Militar da Côte e das companhias de alumnos da Escola Militar da Provincia do Rio Grande do Sul, até 400 praças.

Art. 2.º O premio, tanto para os voluntarios como para os engajados, será de 300\$, pago em tres prestações, sendo o dos segundos proporcional ao tempo pelo qual de novo se engajarem, nos termos do art. 2º da Lei n. 2623 de 13 de Setembro de 1875.

§ 1.º Os voluntarios perceberão, enquanto forem praças de pret, mais uma gratificação igual à metade do soldo de primeira praça, conforme a arma em que servirem; os engajados perceberão mais uma gratificação igual ao soldo de primeira praça, e tambem segundo a arma em que servirem.

§ 2.º Quando forem escusos do serviço se lhes concederá nas colonias do Estado um prazo de terras de 108.900 metros quadrados.

§ 3.º A importancia da contribuição pecuniaria de que trata o art. 1º, § 1º, n. 7 da Lei n. 2556 de 26 de Setembro de 1874, continuará a ser de 1:000\$000.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Manda, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Guerra a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro em 21 de Agosto de 1888, 67º da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

Thomaz José Coelho de Almeida.

Carta de lei, pela qual Vossa Alteza Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem Sancionar, fixando as Forças de terra para o anno financeiro de 1889.

Para Vossa Alteza Imperial Ver.

Manoel Vaz de Barros a fez.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Antonio Ferreira Vianna.*

Transitou em 25 de Agosto de 1888. — *José da Costa Carvalho.*

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra em 27 de Agosto de 1888. — O Director, *Francisco Manoel das Chagas.*



LEI N. 3367 — DE 21 DE AGOSTO DE 1888

Fixa a Força Naval para o anno de 1889.

A Princeza Imperial Regente, em Nome de Sua Magestade e Senhor D. Pedro II, por Graça de Deus e Unanime Aclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil: Faz saber a todos os subditos do Imperio, que a Assembléa Geral decretou e Ella sancionou a Lei seguinte:

Art. 1.º A Força Naval activa para 1889 constará :

§ 1.º Dos officiaes da Armada e classes annexas que fôr preciso embarcar nos navios de guerra e nos transportes, conforme suas lotações, e dos estalos-maiores das esquadras e divisões navaes.

§ 2.º Em circumstancias ordinarias, de 3.300 praças de pret do Corpo de Imperiaes Marinheiros, comprehendidas as Companhias de Foguistas, de 104 praças da Companhia de Imperiaes Marinheiros de Matto Grosso e de 600 praças do Batalhão Naval, das quaes poderão ser embarcadas 2.800 ; e, em circumstancias extraordinarias, de 6.000 praças destes corpos e de marinagem.

As escolas de aprendizes marinheiros terão 1.500 praças.

Art. 2.º As praças de pret voluntarias, quando forem escusas por conclusão de tempo de serviço, terão direito a um prazo de terras de 108.900 metros quadrados nas colonias do Estado.

Art. 3.º Para preencher a força decretada, proceder-se-ha na fórma da Lei n. 2556 de 26 de Setembro de 1874, ficando o Governo autorisado a conceder o premio de 400\$ aos voluntarios, de 500\$ aos engagados e de 600\$ aos reengagados, e, em circumstancias extraordinarias, a contractar nacionaes e estrangeiros.

Art. 4.º Enquanto não fôr reduzido o quadro dos officiaes da Armada, o Governo poderá empregar nos Arsenaes, corpos de Marinha, Capitania de Portos e em quaesquer outras commissões estranhas ao serviço naval activo, os officiaes que, por se acharem completas as lotações, ou por deficiencia de navios na Armada

nacional, não poderem preencher, logo depois de promovidos, a condição de embarque exigida para o accesso ao posto seguinte.

Neste caso, as vagas, que se forem dando na lotação dos navios, serão preenchidas pelos officiaes sujeitos à condição de embarque, segundo a antiguidade de suas promoções, salvo as de commando.

Art. 5.º Os officiaes da Armada, quando desembarcados e sem commissão, por motivo independente de sua vontade, perceberão, além do respectivo soldo, um terço das gratificações de commando de forças os Generaes, e os demais dous terços das de embarque, devendo os officiaes superiores e subalternos servir como addidos ao Quartel-General. Esta disposição comprehende os officiaes que funcționarem em conselho de guerra.

Art. 6.º E' o Governo autorisado:

1.º A rever o Regulamento que baixou com o Decreto n. 6386 de 30 de Novembro de 1876, de modo a serem melhor attendidas as exigencias do serviço dos machinistas na Armada, e dispensados todos os que estão servindo por contractos;

2.º A crear, nas condições do Regulamento n. 9374 de 14 de Fevereiro de 1885, mais quatro Escolas de aprendizes marinhaes nas Provincias que mais convier, podendo elevar o numero total dos aprendizes a 2.000.

Art. 7.º Ficam revogadas todas as disposições em contrario.

Manda, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado dos Negocios da Marinha a faça imprimir, publicar e correr.

Palacio do Rio de Janeiro aos 21 de Agosto de 1888, 67º da Independência e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL, REGENTE.

Luiz Antonio Vieira da Silva.

Carta de lei, pela qual Vossa Alteza Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem Sanccionar, para regular a Força Naval no anno de 1889.

Para Vossa Alteza Imperial Ver.

Guilherme Frederico Martins a fez.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Antonio Ferreira Vianna.*

Transitou em 30 de Agosto de 1888. — *José Julio de Albuquerque Barros.*

Registrada. Estava o sello das Armas do Imperio.

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha em 3 de Setembro de 1888. — *Adolfo Paulô de Oliveira Lisboa.*

~~~~~

## DECRETO N. 3368 — DE 31 DE AGOSTO DE 1888

Autorisa o Governo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao Bacharel João da Cunha Pereira Beltrão, Juiz de Direito da comarca de Caçapava, na Provincia do Rio Grande do Sul.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Artigo unico. E' autorisado o Governo para conceder ao Bacharel João da Cunha Pereira Beltrão, Juiz de Direito da comarca de Caçapava, na Provincia do Rio Grande do Sul, um anno de licença, com o respectivo ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier ; revogadas as disposições em contrario.

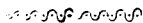
O Dr. Antonio Ferreira Vianna, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 31 de Agosto de 1888, 67<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*A. Ferreira Vianna.*

Chancellaria-mór do Imperio.—*A. Ferreira Vianna.*

Transitou em 4 de Setembro de 1888.—*José Julio de Albuquerque Barros.*— Registrado.



## DECRETO N. 3369 — DE 7 DE SETEMBRO DE 1888

Autorisa o Governo a conceder ao Conego Diniz Affonso de Mendonça e Silva, Vigario collado da freguezia de S. Francisco Xavier de Itaguahy, um anno de licença, com a respectiva congrua, para tratar de sua saude.

Hei por bem Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral, Sanccionada pela Princeza Imperial Regente :

Artigo unico. E' o Governo autorisado para conceder ao Vigario collado da freguezia de S. Francisco Xavier de Itaguahy, Provincia do Rio de Janeiro, Conego Diniz Affonso de Mendonça e Silva, um anno de licença, com a respectiva congrua, para tratar de sua saude onde lhe convier ; revogadas as disposições em contrario.

José Fernandes da Costa Pereira Junior, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 7 de Setembro de 1888, 67º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*José Fernandes da Costa Pereira Junior.*

Chancellaria-mór do Imperio.— *Antonio Ferreira Vianna.*

Transitou em 15 de Setembro de 1888.— *José Julio de Albuquerque Barros.*— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 15 de Setembro de 1888.— O Director da 2ª Directoria, *Balduno José Coelho.*



#### DECRETO N. 3370 — DE 15 DE SETEMBRO DE 1888

Autorisa o Governo a elevar a aposentadoria de Avelino Severo de Carvalho e Gama.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º O Governo fica autorizado a elevar a aposentadoria de Avelino Severo de Carvalho e Gama á quantia correspondente ao soldo de Tenente do Exército.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 15 de Setembro de 1888, 67º da Independencia e do Imperio.

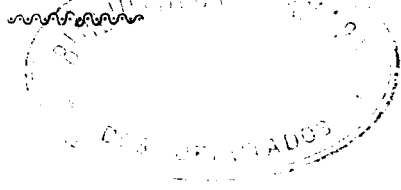
Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João Alfredo Corrêa de Oliveira.*

Chancellaria-mór do Imperio.— *Antonio Ferreira Vianna.*

Transitou em 17 de Setembro de 1888.— *José Julio de Albuquerque Barros.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda em 19 de Setembro de 1888.— No impedimento do Official-Maior, *Augusto Frederico Colin.*



DECRETO N. 3371 — DE 15 DE SETEMBRO DE 1888

autorisa o Governo a rever as contas do ex-Pagador da Pagadoria Central de S. Pedro do Sul, Estanislão José de Freitas.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte resolução da Assembléa Geral :

Artigo unico. Fica o Governo autorizado para rever as contas do ex-Pagador da Pagadoria Central de S. Pedro do Sul, Estanislão José de Freitas, de modo a discriminar os alcances de seus exercicios, separadamente, e limitar a responsabilidade do autor, Coronel Tristão José Pinto, aos actos do attançado praticados originaria e exclusivamente depois da prestação da respectiva fiança ; revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 15 de setembro de 1888, 67.º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João Alfredo Corrêa de Oliveira.*

Chancellaria-mór do Imperio.—*Antonio Ferreira Vianna.*

Transitou em 17 de Setembro de 1888.—*José Julio de Albuquerque Barros.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda em 19 de Setembro de 1888.—No impedimento do Official-Maior, *Augusto Frederico Colin.*



DECRETO N. 3372 — DE 15 DE SETEMBRO DE 1888

Autorisa o Governo a conceder um anno de licença a Joaquim Francisco do Nascimento.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Artigo unico. E' o Governo autorizado para conceder a Joaquim Francisco do Nascimento licença por um anno para tratar de sua saude onde lhe convier, com o ordenado sómente do emprego de 2º Escripturnario da Thesouraria de Fazenda da Parahyba do Norte ; revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em 15 de Setembro de 1888, 67º da Independencia e do Imperio.

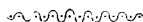
Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João Alfredo Corrêa de Oliveira.*

Chancellaria-mór do Imperio.—*Antonio Ferreira Vianna.*

Transitou em 17 de Setembro de 1888.—*José Julio de Albuquerque Barros.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda em 19 de Setembro de 1888.—No impedimento do Official-Maior, *Augusto Frederico Colin.*



#### DECRETO N. 3373 — DE 22 DE SETEMBRO DE 1888

Autorisa o Governo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao Dr. João Pereira Monteiro, Lente da 1ª cadeira do 3º anno da Faculdade de S. Paulo.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral :

Artigo unico. Fica o Governo autorisado a conceder um anno de licença, com o respectivo ordenado, ao Lente da 1ª cadeira do 5º anno da Faculdade Juridica de S. Paulo, Dr. João Pereira Monteiro ; revogadas as disposições em contrario.

José Fernandes da Costa Pereira Junior, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em 22 de Setembro de 1888, 67º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*José Fernandes da Costa Pereira Junior.*

Chancellaria-mór do Imperio.—*Antonio Ferreira Vianna.*

Transitou em 25 de Setembro de 1888.—*José Julio de Albuquerque Barros.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 27 de Setembro de 1888.—O Director da 2ª Directoria, *Baldino José Coelho.*



## DECRETO N. 3374 — DE 22 DE SETEMBRO DE 1888

Autorisa o Governo a conceder ao Desembargador da Relação de S. Luiz, Guilherme Cordeiro Coelho Cintra, um anno de licença com o respectivo ordenado.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Artigo unico. Fica o Governo autorisado a conceder ao Desembargador da Relação de S. Luiz, Dr. Guilherme Cordeiro Coelho Cintra, um anno de licença com o respectivo ordenado ; revogadas as disposições em contrario.

O Dr. Antonio Ferreira Vianna, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 22 de Setembro de 1888, 67º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Ferreira Vianna.*

Chancellaria-mór do Imperio.— *A. Ferreira Vianna.*

Transitou em 1 de Outubro de 1888.— *José Julio de Albuquerque Barros.*— Registrado.



## DECRETO N. 3375 — DE 22 DE SETEMBRO DE 1888

Releva da prescripção em que incorreu D. Manoela das Dores Silva Charão para poder receber meio soldo.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Artigo unico. Fica relevada da prescripção em que incorreu D. Manoela das Dores Silva Charão, affim de poder receber o meio soldo que lhe compete desde a data do fallecimento de seu pai, o Capitão do Exercito Manoel Adolpho Charão ; revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro



e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 22 de Setembro de 1888, 67º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João Alfredo Corrêa de Oliveira.*

Chancellaria-mór do Imperio.— *Antonio Ferreira Vianna.*

Transitou em 29 de Setembro de 1888.— *José Julio de Albuquerque Barros.*— Registrado.

Publicado na Secretaria do Estado dos Negocios da Fazenda em 4 de Outubro de 1888.— *Augusto Frederico Colin.*



#### LEI N. 3376 — DE 6 DE OUTUBRO DE 1888

Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 442:303\$129, sendo 43:597\$654 para — Corpo da Armada, etc.,— 294:839\$969 para — Força naval —, 3\$000 para — Etapas — e 103:862\$506 para — Munições navaes —, do exercicio de 1886 - 1887.

D. Pedro II, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil: Fazemos saber a todos os Nossos subditos que a Assembléa Geral decretou e Nós queremos a Lei seguinte :

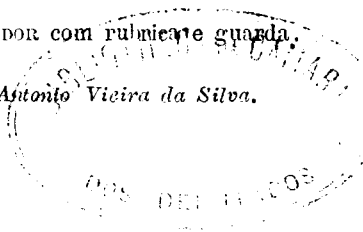
Art. 1.º Fica concedido ao Ministerio dos Negocios da Marinha um credito de 442:303\$129, sendo 43:597\$654 para — Corpo da Armada, etc.,—, 294:839\$969 para — Força naval —, 3\$000 para — Etapas — e 103:862\$506 para — Munições navaes —, do exercicio de 1886 - 1887.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Marinha a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do Rio de Janeiro em 6 de Outubro de 1888, 67º da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR com rubrica e guarda.

*Luiz Antonio Vieira da Silva.*



Carta de lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar a Resolução da Assembléa Geral Legislativa, que Houve por bem Sanccionar, abrindo ao Ministerio dos Negocios da Marinha o credito de 442:303\$129, para attender ás despesas das verbas — Corpo da Armada, Força naval, Estapas e Munições navaes —, do exercicio de 1886-1887.

Para Vossa Magestade Imperial Ver.

José Casimiro do Couto a fez.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Antonio Ferreira Vianna.*

Transitou em 9 de Outubro de 1888. — *José Julio de Albuquerque Barros.* — Registrada.

Publicada na Secretaria do Estado dos Negocios da Marinha em 12 de Outubro de 1888. — *Adolfo Pinto de Oliveira Lisboa.*



#### LEI N. 3377 — DE 6 DE OUTUBRO DE 1888

Concede ao Ministerio dos Negocios do Imperio um credito supplementar á verba — Socorros publicos — do exercicio de 1886-1887, na importancia de 350:679\$465.

D. Pedro II, por Graça de Deus e Unánima Aclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil: Fazemos saber a todos os Nossos subditos que a Assembléa Geral decretou e Nós queremos a Lei seguinte:

Art. 1.º Fica concedido ao Ministerio dos Negocios do Imperio um credito supplementar á verba — Socorros publicos — do exercicio de 1886-1887, na importancia de trezentos e cinquenta contos seiscentos setenta e nove mil quatrocentos sessenta e cinco réis ( 350:679\$465 ).

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario do Estado dos Negocios do Imperio a faça imprimir, publicar e correr. Palácio do Rio de Janeiro em 6 de Outubro de 1888, 67.º da Independência e do Imperio.

IMPERADOR com rubrica e guarda.

*José Fernandes da Costa Pereira Junior.*

Carta de lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda **executar** o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem Sanccionar, concedendo ao Ministerio dos Negocios do Imperio, um credito supplementar á verba — Soccorros publicos — do exercicio de 1886-1887, na importancia de 350:679\$465.

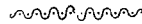
Para Vossa Magestade Imperial Ver.

José Ribeiro Sarmento Junior a fez.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Antonio Ferreira Vianna.*

Transitou em 13 de Outubro de 1888. — *José Julio de Albuquerque Barros.*— Registrada.

Publicada nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 16 de Outubro de 1888. — O Director da 3.<sup>a</sup> Directoria, Dr. *J. J. de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque.*



# DECRETO N. 3378 — DE 6 DE OUTUBRO DE 1888

Aprova o decreto que mandou reverter á Baroneza de S. Borja, sem prejuizo do meio soldo que percebe, a pensão que recebia seu fallecido marido.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.<sup>o</sup> Fica approvedo o Decreto de 8 de Agosto do corrente anno, que mandou reverter á Baroneza de S. Borja, sem prejuizo do meio soldo que percebe, a pensão de 2:000\$ annuaes que recebia seu fallecido marido, o Tenente General Barão do mesmo nome.

Paragrapho unico. O pagamento da pensão será feito desde a data do fallecimento do referido Tenente General.

Art. 2.<sup>o</sup> Revogam-se as disposições em contrario.

José Fernandes da Costa Pereira Junior, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 6 de Outubro de 1888, 67.<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

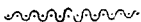
Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*José Fernandes da Costa Pereira Junior.*

Chancellaria-mór do Imperio.— *Antonio Ferreira Vianna.*

Transitou em 15 de Outubro de 1888.— *José da Costa Carvalho.*  
— Registrado.

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 16 de Outubro de 1888.— O Director da 3ª Directoria, Dr. *J. J. de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque.*



# DECRETO N. 3379 — DE 6 DE OUTUBRO DE 1888

Approva a pensão de 42\$ mensaes, a que foi elevada, sem prejuizo do meio soldo, a de 36\$ mensaes concedida a D. Umbelina Leopoldina de Mello e Albuquerque.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica approvada a pensão de 42\$ mensaes, sem prejuizo do meio soldo, a que foi elevada por Decreto de 2 de Maio de 1888 a pensão de 36\$ mensaes concedida por Decreto de 17 de Agosto de 1866 a D. Umbelina Leopoldina de Mello e Albuquerque, viuva do Major de commissão Seraphim Felix de Paiva.

Art. 2.º Esta pensão será paga desde a data do citado Decreto de 17 de Agosto de 1866; revogadas as disposições em contrario.

José Fernandes da Costa Pereira Junior, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 6 de Outubro de 1888, 67º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*José Fernandes da Costa Pereira Junior.*

Chancellaria-mór do Imperio.— *Antonio Ferreira Vianna.*

Transitou em 15 de Outubro de 1888.— *José da Costa Carvalho.*  
— Registrado.

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 16 de Outubro de 1888.— O Director da 3ª Directoria, Dr. *J. J. de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque.*



## DECRETO N. 3380 — DE 6 DE OUTUBRO DE 1888

Approva a pensão de 400 réis diários concedida ao aprendiz artilheiro reformado  
Alfredo Amando de Souza Aguiar.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte  
Resolução da Assembléa Geral :

Art. 1.º Fica approvada a pensão de 400 réis diários, concedida  
por Decreto de 28 de Maio de 1887 ao aprendiz artilheiro  
reformado Alfredo Amando de Souza Aguiar, sendo a mesma  
pensão paga da data do citado decreto que a concedeu.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

José Fernandes da Costa Pereira Junior, do Meu Conselho,  
Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o  
tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em  
6 de Outubro de 1888, 67º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*José Fernandes da Costa Pereira Junior.*

Chancellaria-mór do Imperio.—*Antonio Ferreira Vianna.*

Transitou em 15 de Outubro de 1888.—*José da Costa Carvalho.*  
—Registrado.

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio  
em 16 de Outubro de 1888.—O Director da 3ª Directoria,  
Dr. *J. J. de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque.*



## DECRETO N. 3381 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1888

Manda que a antiguidade de posto do Capitão Ignacio Henrique de Gouvêa seja  
contada de 11 de Dezembro de 1868.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução  
seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º A antiguidade do Capitão Ignacio Henrique de Gouvêa,  
no posto de Capitão, seja contada de 11 de Dezembro de 1868.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Thomaz José Coelho de Almeida, do Meu Conselho, Senador do  
Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra,

assim o tenha entendido e expeça os despachos necessários. Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Outubro de 1888, 67º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Thomaz José Coelho de Almeida.*

Chancellaria-mór do Imperio.—*Antonio Ferreira Vianna.*

Transitou em 19 de Outubro de 1888.—*José Julio de Albuquerque Barros.*— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra em 22 de Outubro de 1888.— O Director, *Francisco Manoel das Chagas.*



#### DECRETO N. 3382 — DE 20 DE OUTUBRO DE 1888

Reduz o imposto que as Ordens Terceiras do Imperio pagam pelos predios que constituem o patrimonio de seus hospitaes.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica reduzido a 12 % o imposto que a Veneravel Ordem Terceira do Monte do Carmo, erecta na cidade do Rio de Janeiro, paga pelos predios que constituem o patrimonio de seu hospital.

Esta disposição é extensiva ás demais Ordens Terceiras do Imperio, que estiverem nas mesmas condições.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 20 de Outubro de 1888, 67º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João Alfredo Corrêa de Oliveira.*

Chancellaria-mór do Imperio.—*Antonio Ferreira Vianna.*

Transitou em 23 de Outubro de 1888.—*José Julio de Albuquerque Barros.*— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda em 23 de Outubro de 1888.— *Augusto Frederico Colin.*



## DECRETO N. 3383 — DE 20 DE OUTUBRO DE 1888

Releva da prescrição em que incorreu D. Francisca Joaquina de Moraes Queiroz, quanto ao meio soldo do seu finado marido.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica relevada da prescrição em que incorreu D. Francisca Joaquina de Moraes Queiroz, viúva do Alferes do Exército Felinto Elisio de Moraes Coutinho, quanto ao meio soldo de seu finado marido, de 15 de Maio de 1860 a 21 de Dezembro de 1887.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 20 de Outubro de 1888, 67º da Independencia e do Imperio.

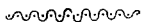
Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João Alfredo Corrêa de Oliveira.*

Chancellaria-mór do Imperio.— *Antonio Ferreira Vianna.*

Transitou em 23 de Outubro de 1888.— *José Julio de Albuquerque Barros.*— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda em 23 de Outubro de 1888.— *Augusto Frederico Colin.*



## DECRETO N. 3384 — DE 20 DE OUTUBRO DE 1888

Approva o decreto que concedeu a pensão de 400 réis diários á praça do 4º batalhão de infantaria Felix Pereira da Silva.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' approvedo o Decreto de 16 de Dezembro de 1887, que concedeu a pensão de 400 réis diários á praça do 4º batalhão de infantaria Felix Pereira da Silva.

Art. 2.º Esta pensão será paga da data do decreto que a concedeu ; revogadas as disposições em contrario.

José Fernandes da Costa Pereira Junior, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 20 de Outubro de 1888, 67º da Independencia e do Imperio.

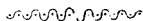
Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*José Fernandes da Costa Pereira Junior.*

Chancellaria-mór do Imperio.— *Antonio Ferreira Vianna.*

Transitou em 24 de Outubro de 1888.— *José Julio de Albuquerque Barros.*— Registrado.

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 26 de Outubro de 1888.— O Director da 3ª Directoria, Dr. J. J. de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque.



#### DECRETO N. 3385 — DE 27 DE OUTUBRO DE 1888

Releva D. Felisberta Amelia de Abreu e Prado da prescripção, em que incorreu, para poder receber meio soldo.

Hei por bem Sanceionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorisado a relevar da prescripção em que incorreu D. Felisberta Amelia de Abreu e Prado, viuva do Alferees reformado do Exercito José de Oliveira Prado; e a mandar pagar-lhe o meio soldo que deixou de receber, à razão de 5\$400 mensaes, desde 28 de Dezembro de 1855 até 12 de Dezembro de 1875.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 27 de Outubro de 1888, 67º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João Alfredo Corrêa de Oliveira.*

Chancellaria-mór do Imperio.— *Antonio Ferreira Vianna.*

Transitou em 29 de Outubro de 1888.— *José Julio de Albuquerque Barros.*— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda em 29 de Outubro de 1888.— *Augusto Frederico Colla.*





## DECRETO N. 3386 — DE 27 DE OUTUBRO DE 1888

Reconhece D. Augusta Vicencia Teixeira de Freitas com direito a perceber montepio de Marinha.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral :

Art. 1.º E' reconhecido a D. Augusta Vicencia Teixeira de Freitas, viuva do 1º Tenente da Armada Antonio da Silva Teixeira de Freitas, o direito à percepção do montepio de Marinha; visto ter remido a divida do mesmo official, em virtude de autorisação do Ministerio da Marinha.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 27 de Outubro de 1888, 67º da Independencia e do Imperio.

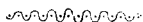
Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João Alfredo Corrêa de Oliveira.*

Chancellaria-mór do Imperio.— *Antonio Ferreira Vianna.*

Transitou em 29 de Outubro de 1888.— *José Julio de Albuquerque Barros.*— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda em 29 de Outubro de 1888.— *Augusto Frederico Colin.*



## DECRETO N. 3387 — DE 27 DE OUTUBRO DE 1888

Autorisa o Governo a conceder ao Bacharel Manoel Alves de Lima Gordilho, Desembargador da Relação de Ouro Preto, um anno de licença com o respectivo ordenado.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Artigo unico. Fica o Governo autorizado para conceder ao Bacharel Manoel Alves de Lima Gordilho, Desembargador da

Relação de Ouro Preto, um anno de licença com o respectivo ordenado, para tratar de sua saúde onde lhe convier; revogadas as disposições em contrario.

O Dr. Antonio Ferreira Vianna, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 27 de Outubro de 1888, 67º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Ferreira Vianna.*

Chancellaria-mór do Imperio. — *A. Ferreira Vianna.*

Transitou em 30 de Outubro de 1888. — *José Julio de Albuquerque Barros.* — Registrado.



#### DECRETO N. 3388 — DE 27 DE OUTUBRO DE 1888

Autorisa o Governo a conceder ao Desembargador da Relação de Belem, Casimiro de Senna Madureira, licença, até um anno, com o respectivo ordenado.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Artigo unico. E' o Governo autorizado a conceder ao Desembargador da Relação de Belem, Casimiro de Senna Madureira, licença até um anno com o respectivo ordenado, para tratar de sua saúde onde lhe convier; revogadas as disposições em contrario.

O Dr. Antonio Ferreira Vianna, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 27 de Outubro de 1888, 67º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Ferreira Vianna.*

Chancellaria-mór do Imperio. — *A. Ferreira Vianna.*

Transitou em 30 de Outubro de 1888. — *José Julio de Albuquerque Barros.* — Registrado.



## DECRETO N. 3389 — DE 10 DE NOVEMBRO DE 1888

Concede a D. Antonia Emilia da Silva Manta dispensa de lapso de tempo para poder receber montepio de Mariinha.

Hei por bem Sancionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral :

Art. 1.º E' o Governo autorizado a conceder a D. Antonia Emilia da Silva Manta dispensa de lapso de tempo para poder receber o montepio de Mariinha constituído por seu finado marido, o 1º Tenente da Armada Fernando José da Silva Manta, desde 17 de Janeiro de 1854.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 10 de Novembro de 1888, 67º da Independência e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João Alfredo Corrêa de Oliveira.*

Chancellaria-mór do Imperio.— *Antonio Ferreira Vianna.*

Transitou em 12 de Novembro de 1888.— *José Julio de Albuquerque Barros.*— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda em 12 de Novembro de 1888.— *Augusto Frederico Collin.*



## DECRETO N. 3390 — DE 10 DE NOVEMBRO DE 1888

Concede o montepio de Mariinha a D. Maria Paula de Oliveira, depois de competentemente habilitada.

Hei por bem Sancionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral :

Artigo unico. E' o Governo autorizado para conceder a D. Maria Paula de Oliveira, viúva de Antonio Luiz Pinto de Oliveira e irmã do finado Capitão de Mar e Guerra Antonio Carlos Rodrigues da Silva, o montepio deixado por este seu irmão, habilitando-se na forma da lei ; revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 10 de Novembro de 1888, 67º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João Alfredo Corrêa de Oliveira.*

Chancellaria-mór do Imperio.— *Antonio Ferreira Vianna.*

Transitou em 12 de Novembro de 1888. — *José Julio de Albuquerque Barros.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda em 12 de Novembro de 1888. — *Augusto Frederico Colia.*



#### DECRETO N. 3391 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1888

Autorisa o Governo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao Inspector de saude do porto do Pará, Dr. Fernando Ferreira da Costa.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Artigo unico. E' o Governo autorizado a conceder ao Dr. Fernando Ferreira da Costa, Inspector de saude do porto do Pará, um anno de licença, com o respectivo ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier ; revogadas as disposições em contrario.

José Fernandes da Costa Pereira Junior, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 17 de Novembro de 1888, 67º da Independencia e do Imperio.

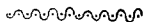
Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*José Fernandes da Costa Pereira Junior.*

Chancellaria-mór do Imperio.— *Antonio Ferreira Vianna.*

Transitou em 21 de Novembro de 1888. — *José Julio de Albuquerque Barros.* — Registrado.

Publicado na 1ª Directoria da Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 23 de Novembro de 1888. — O Director, *Antonio Augusto da Silva Junior.*



## DECRETO N. 3392 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1888

Autorisa o Governo a jubilar, com os vencimentos que actualmente recebe, a Professora da 1ª escola publica de meninas da parochia de Santo Antonio desta Côte, D. Elisa Tanner.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Artigo unico. Fica o Governo autorizado a conceder jubilação, com todos os seus vencimentos actuaes, a D. Elisa Tanner, Professora cathedratica da 1ª escola publica de meninas da parochia de Santo Antonio desta Côte; revogadas as disposições em contrario.

José Fernandes da Costa Pereira Junior, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 17 de Novembro de 1888, 67ª da Independencia e do Imperio.

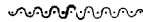
Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*José Fernandes da Costa Pereira Junior.*

Chancellaria-mór do Imperio. — *Antonio Ferreira Vianna.*

Transitou em 23 de Novembro de 1888. — *José Julio de Albuquerque Barros.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 27 de Novembro de 1888. — O Director da 2ª Directoria, *Balduino José Coelho.*



## LEI N. 3393 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1888

Concede ao Ministerio dos Negocios Estrangeiros o credito supplementar do 131:388\$456, para ser applicado ás despesas da rubrica 7ª da Lei do orçamento do exercicio de 1886-1887, e 2º semestre de 1887 e exercicio de 1888.

D. Pedro II, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil: Fazemos saber a todos os Nossos subditos que a Assembléa Geral decretou e Nós queremos a Lei seguinte:

Art. 1.º Fica concedido ao Ministerio dos Negocios Estrangeiros o credito supplementar de 123:388\$456 para ser applicado ás despesas da rubrica 7ª — Commissão de limites — da Lei do

orçamento, sendo 83:388\$456 para o exercício de 1886-1887, segundo semestre do anno de 1837; e 40:000\$ para o exercício de 1888.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos 17 dias do mez de Novembro de 1888, 67ª da Independencia o do Imperio.

IMPERADOR com rubrica e guarda.

*Rodrigo Augusto da Silva.*

Carta de lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem Sanccionar, concedendo ao Ministerio dos Negocios Estrangeiros o credito supplementar de 123:388\$456, para ser applicado ás despesas da rubrica 7ª da Lei do orçamento do exercício de 1886 a 1887, segundo semestre de 1887 e exercício de 1888.

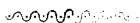
Para Vossa Magestade Imperial Ver.

João Carneiro do Amaral a fez.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Antonio Pereira Vianna.*

Transitou em 27 de Novembro de 1888. — *José Julio de Albuquerque Barros.*

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros em 29 de Novembro de 1888. — *Barão de Cabo Frio.*



# LEI N. 3394 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1888

Reorganiza a Escola Naval.

D. Pedro II, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil : Fazemos saber a todos os nossos Subditos que a Assembléa Geral decretou e Nós queremos a Lei seguinte :

Art. 1.º Continuam reunidos, sob a denominação de Escola Naval, a Escola de Marinha e o Collegio Naval.

Art. 2.º A Escola Naval comprehende dous cursos :

O preparatorio;

O superior.

Como curso annexo haverá o ensino da nautica para paisanos.

Art. 3.º Para a matricula no curso preparatorio exige-se :

Portuguez : leitura, escripta e grammatica ;

Francez : leitura e versão facil ;

Inglez : leitura e versão facil.

Noções geraes de historia sagrada e geographia physica.

Arithmetica : operações fundamentaes sobre inteïros, fracções ordinarias e decimaes, e systema metrico.

A idade para a matricula no curso preparatorio é a de 12 a 15 annos.

Paragrapho unico. Para admissão no curso de nautica exige-se saber ler e escrever portuguez correctamente e as quatro operações arithmeticas fundamentaes sobre inteïros e fracções ordinarias e decimaes.

Art. 4.º O curso preparatorio será dividido em tres annos, o superior em quatro annos, o annexo de nautica em dous annos.

Art. 5.º O pessoal docente do curso preparatorio será de tres professores para as seguintes secções :

1.ª Mathematicas elementares ;

2.ª Accessoria (historia, geographia e chorographia) ;

3.ª Linguas.

§ 1.º Para auxilial-os e substituil-os em suas faltas e impedimentos haverá tres adjuntos nas referidas secções.

§ 2.º Além das tres secções haverá mais duas, graphica e technica, sendo esta regida por um instructor e aquella por um auxiliar.

Art. 6.º O pessoal docente do curso superior será o seguinte :

a) Secção de sciencias mathematicas :

Um lente cathedratico para cada um dos cursos seguintes :

Curso de analyse mathematica ;

Curso de mecanica racional e applicada á construcção naval, machinas a vapor e manobras ;

Curso de astronomia e geodesia ;

Curso de balistica e de artilharia naval ;

Curso de navegação e hydrographia ;

Curso de geometria descriptiva e topographia, constituindo aula a cargo de um professor.

Estes cathedraticos serão auxiliados e substituidos nas suas faltas e impedimentos por quatro substitutos, que haverá nesta secção.

b) Secção de sciencias physicas :

Um lente cathedratico para cada um dos seguintes cursos, com um substituto commun :

Curso de physica e meteorologia ;

Curso de chimica e pyrotechnia.

Dous instructores servirão de preparadores.

c) Secção de sciencias juridicas :

Um lente cathedratico para cada um dos seguintes cursos, com um substituto commun que será obrigado a repetir as lições dos lentes :

Curso de direito natural, publico e constitucional ;  
 Curso de direito maritimo e das gentes, diplomacia do mar.

d) Secção technica:

Um professor de apparelho, manobra e evoluções navaes ;

Um professor de pratica de machinas ;

Um professor de historia e tactica naval nos quatro periodos da marinha de guerra, a remos, à vela, a vapor e encouraçados ; operações combinadas de terra e mar, ataque e defesa de costas ; Quatro instructores de pratica technica, que se substituirão mutuamente e aos professores em suas faltas e impedimentos.

Emquanto não vagar a cadeira de apparelho e manobra, ficará o respectivo lente encarregado do ensino de manobra e evoluções navaes, e o respectivo instructor dos exercicios praticos.

e) Secção de trabalhos graphicos:

Um auxiliar para cada uma das seguintes aulas:

De desenho topographico, hydrographico e geographico ;

De desenho de machinas e architectura naval.

Estes auxiliares se substituirão mutuamente nas faltas e impedimentos.

f) Secção accessoria:

Um professor de technologia em francez no 1º anno ;

Um professor de technologia em inglez no 2º anno ;

Um mestre de natção ;

Um mestre de esgrima, infantaria e gymnastica.

A sua substituição será feita pelos instructores.

Art. 7.º O curso de nautica comprehenderá duas series:

1ª serie.— Portuguez, francez, arithmetica, algebra, geometria, cosmographia, apparelho dos navios, rumo de agulhas, navegação estimada e codigo de signaes.

2ª serie.— As materias da aula de pratica technica e mais materias que habilitem para tirar carta de piloto.

Paragrapho unico. A Escola continuará a passar carta de piloto aos individuos que se mostrarem habilitados nas materias que constituem o curso de nautica, segundo os programmas adoptados.

Art. 8.º Haverá na Escola Naval um gabinete de physica, um laboratorio de chimica, um pequeno observatorio astronomico e meteorologico, e uma bibliotheca ; modelos de navios e de machinas, apparelhos de gymnastica, de artilharia e de todas as armas em uso na marinha. Haverá tambem escaleres para exercicios a remos e à vela.

Art. 9.º Os paisanos que forem lentes cathedrauticos terão a graduação puramente honorifica de Capitão de Fragata ; os substitutos e os professores a de Capitão-Tenente ; os adjuntos e os auxiliares a de 1.ª Tenentes ; os mestres a de 2.ª Tenentes.

Os que forem militares e tiverem graduação inferior a estas tambem usarão dos mesmos distinctivos honorificos concedidos aos paisanos.

O professor de historia e tactica naval será equiparado em graduação e vantagens ao substituto.

Art. 10. Os lentes e mais membros do magisterio, que tiverem 25 annos de magisterio e forem reconduzidos, a apra-



zimento do Governo, perceberão mais um terço dos vencimentos, podendo o Governo jubilar-os quando julgar conveniente.

Os lentes que forem reconduzidos terão o título de conselho.

Art. 11. Os membros do magisterio que tiverem 30 annos de serviço e bem assim os que tiverem 25 annos poderão ser jubilados, estes com o ordenado e aquelles com ordenado e gratificação. Os que antes dos 25 annos ficarem physicamente impossibilitados de continuar, serão também jubilados com o ordenado proporcional ao tempo de serviço, uma vez que tenham servido por mais de 10 annos.

Art. 12. Os vencimentos dos differentes funcionarios da Escola Naval serão fixados na tabella que esta acompanha.

Art. 13. O pessoal docente será nomeado por concurso : exceptuam-se os auxiliares e mestres.

Para as cadeiras e aulas do ensino technico só poderão concorrer individuos que tenham o curso da Escola.

Art. 14. Os lentes são vitalicios. O Governo, porém, no decurso dos cinco primeiros annos depois da nomeação, poderá demittir os professores por faltas graves que commettam. O instructor de pratica technica exerce logar de commissão, que será preenchido por official da Armada.

Art. 15. Serão reformados os lentes, professores e substitutos, officiaes da Armada ou do Exercito, logo que se tornem vitalicios.

Esta disposição abrange os actuaes serventuarios.

Art. 16. O nomeado que, dentro de seis mezes, não tomar posse e assumir o exercicio, perderá o direito ao logar, assim como serão dispensados os que, tendo menos de 10 annos de serviço, forem notoriamente reconhecidos invalidos e os que não exercêrem o logar por dous annos.

Art. 17. Compete à Congregação a distribuição das materias pelos annos que constituem os cursos de preparatorios, de nautica e o superior, assim como a organização dos programmas de estudos, dependendo tanto aquella como esta da approvação do Ministerio da Marinha.

Art. 18. O concurso para preenchimento das vagas do magisterio se verificará mediante as provas seguintes :

Defesa de these ;

Prova oral, prova escripta, prova pratica nas materias que o permittirem.

Art. 19. O pessoal administrativo e economico da Escola Naval será o seguinte :

Um Director, Official General da Armada ;

Um Vice-Director, que será o Commandante da companhia de aspirantes a guardas-marinha ;

Um medico ;

Um capellão ;

Um official superior ;

Quatro officiaes ;

Um secretario ;

Um official archivista e bibliothecario ;

Dous amanuenses ;  
 Um porteiro ;  
 Quatro guardas, que servirão de continuos ;  
 Um official de fazenda ;  
 Um fiel ;  
 Um mestre ;  
 Um guardião ;  
 Dous enfermeiros ;  
 Dous cozinheiros da Escola ;  
 Um ajudante dos mesmos ;  
 Um cozinheiro da guarnição ;  
 Quatorze criados.

Art. 20. O Director é a primeira autoridade da Escola. Compete-lhe a suprema inspecção do ensino, da disciplina e economia da Escola. Será substituído nos casos de falta, impedimento ou ausencia pelo Vice-Director.

Art. 21. Haverá na Escola tres conselhos — o escolar ou Congregação, o economico e o disciplinar. Serão presididos pelo Director ; delles farão parte o Vice-Director e o secretario, este ultimo sem voto.

Art. 22. O Governo preencherá todas as vagas actuaes, independente de concurso.

Art. 23. O Governo poderá ter constantemente nos paizes mais adiantados, estudando as diversas e specialidades da marinha, etc., seis officiaes, dos quaes quatro serão escolhidos por concurso.

Art. 24. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente, como nella se contém.

O Secretario de Estado dos Negocios da Marinha a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do Rio de Janeiro em 24 do Novembro de 1888, 67º da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR com rubrica e guarda.

*Luiz Antonio Vieira da Silva,*

Carta de lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem Sanccionar. o que reorganiza a Escola Naval.

Para Vossa Magestade Imperial Ver.

Luiz Gomes Pereira Junior a fez.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Antonio Ferreira Vianna.*

Transitou em 28 de Novembro de 1888.— *José Julio de Albuquerque Barros.*— Registrada.

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha em 1 de Dezembro de 1888.— *Adolfo Paulo de Oliveira Lisboa.*

**Tabella dos vencimentos do pessoal da  
Escola Naval**

| EMPREGOS                              | ORDENADOS | GRATIFICAÇÕES | TOTAL      |
|---------------------------------------|-----------|---------------|------------|
| Director .....                        | .....     | 6:000\$       | 6:000\$000 |
| Vice-Director.....                    | .....     | 3:000\$       | 3:000\$000 |
| Lentes cathedrauticos.....            | 3:200\$   | 1:600\$       | 4:800\$000 |
| Substitutos.....                      | 2:000\$   | 1:000\$       | 3:000\$000 |
| Professores de linguas.....           | 1:600\$   | 800\$         | 2:400\$000 |
| Professor de machinas.....            | 2:040\$   | 1:020\$       | 3:060\$000 |
| Adjuntos.....                         | 1:560\$   | 780\$         | 2:340\$000 |
| Professor de esgrima e gymnastica...  | 720\$     | 720\$         | 1:440\$000 |
| Professor de natção.....              | 960\$     | .....         | 960\$000   |
| Secr-tario.....                       | 2:000\$   | 1:000\$       | 3:000\$000 |
| Official archivista.....              | 1:080\$   | 900\$         | 1:980\$000 |
| Amanuenses.....                       | 900\$     | 360\$         | 1:260\$000 |
| Medicos.....                          | .....     | 3:000\$       | 3:000\$000 |
| Capellão.....                         | .....     | 1:000\$       | 1:000\$000 |
| Official de fazenda de 1ª classe..... | .....     | 1:018\$       | 1:018\$000 |
| Fiel.....                             | .....     | 740\$         | 740\$000   |
| Porteiro.....                         | 900\$     | 540\$         | 1:440\$000 |
| Mestre de 1ª classe.....              | .....     | 500\$         | 500\$000   |
| Guardião (soldo).....                 | 480\$     | 250\$         | 730\$000   |
| Enfermeiros.....                      | .....     | 600\$         | 600\$000   |
| Guardas.....                          | 600\$     | 300\$         | 900\$000   |
| Cozinheiro.....                       | .....     | 600\$         | 600\$000   |
| Ajud-nte do dito.....                 | .....     | 480\$         | 480\$000   |
| Cozinheiro da guarnição.....          | .....     | 360\$         | 360\$000   |
| Criados.....                          | .....     | 360\$         | 360\$000   |
| Official superior da Armada.....      | .....     | 1:800\$       | 1:800\$000 |
| Officines subalternos.....            | .....     | 1:200\$       | 1:200\$000 |
| Instructores.....                     | .....     | 1:000\$       | 1:000\$000 |
| Curso preparatorio:                   |           |               |            |
| Professores.....                      | 2:250\$   | 150\$         | 3:200\$000 |
| Adjuntos.....                         | 1:800\$   | 600\$         | 2:400\$000 |
| Adjuntos de desenho.....              | 1:660\$   | 780\$         | 2:440\$000 |

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha em 24 de Novembro de 1888.— *Luiz Antonio Vieira da Silva.*



## DECRETO N. 3395 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1888

Autorisa o Governo a conceder aposentadoria ao ex-sargento ajudante da companhia de aprendizes artífices do Arsenal da Marinha da Corte Ignacio Alves da Penha.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para conceder aposentadoria ao ex-sargento ajudante da companhia de aprendizes artífices do Arsenal da Marinha da Corte, Ignacio Alves da Penha, com os vencimentos que percebia nesse cargo.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Dr. Luiz Antonio Vieira da Silva, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Novembro de 1888, 67º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Luiz Antonio Vieira da Silva.*

Chancellaria-mór do Imperio. — *Antonio Ferreira Vianna.*

Transitou em 28 de Novembro de 1888. — *José Julio de Albuquerque Barros.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha em 1 de Dezembro de 1888. — *Adolfo Paulo de Oliveira Lisboa.*



## LEI N. 3396 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1888

Orça a Receita Geral do Imperio para o exercicio de 1889 e dá outras providencias.

D. Pedro II, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil: Fazemos saber a todos os Nossos subditos que a Assembléa Geral decretou e Nós queremos a Lei seguinte:

**Receita Geral**

Art. 1.º A Receita Geral do Imperio é orçada na quantia de 147.200:000\$, e será realizada com o producto do que se arre-

cadar dentro do exercicio da presente Lei, sob os titulos abaixo designados :

ORDINARIA

*Importação*

1. Direitos de importação para consumo.
2. Expediente dos generos livres de direitos de consumo.
3. Expediente das Capatazias.
4. Armazenagem.

*Despacho maritimo*

5. Imposto de pharões.
6. Imposto de dôca.

*Exportação*

7. Direitos de exportação dos generos nacionaes, ficando isento o pinho.
8. Direitos de 2 1/2 % da polvora fabricada por conta do Governo, e dos metaes preciosos em pó, pinha, barra ou obras; de 1 1/2 % do ouro em barra fundido na Casa da Moeda, e de 1 % dos diamantes.

*Interior*

9. Juros das acções das estradas de ferro da Bahia e de Pernambuco.
10. Renda da Estrada de Ferro D. Pedro II.
11. Renda das estradas de ferro custeadas pelo Estado.
12. Renda do Correio Geral.
13. Renda dos Telegraphos electricos.
14. Renda da Casa da Moeda.
15. Renda da Imprensa Nacional e do *Diario Official*.
16. Renda da Fabrica da Polvora.
17. Renda da Fabrica de Ferro de S. João de Ypanema.
18. Renda dos Arsenaes.
19. Renda da Casa de Correção.
20. Renda do Imperial Collegio de Pedro II.
21. Renda do Instituto dos Surdos-Mudos.
22. Renda das matriculas nos estabelecimentos de instrucção superior.
23. Renda dos proprios nacionaes.
24. Renda dos terrenos diamantinos.

25. Fóros de terrenos.
26. Laudemios.
27. Premios de depositos publicos.
28. Concessão de pennas d'agua.
29. Sello do papel.
30. Imposto de transmissão de propriedade.
31. Imposto de industrias e profissões.
32. Imposto de transporte.
33. Imposto predial.
34. Imposto sobre subsidio e vencimentos.
35. Imposto do gado.
36. Cobrança da divida activa.

## EXTRAORDINARIA

37. Contribuição para o Monte-Pio da Marinha.
38. Indemnizações.
39. Juros de capitaes nacionaes.
40. Venda de generos e proprios nacionaes.
41. Receita eventual, comprehendidas as multas por infracção de leis ou regulamentos e a renda da estrada de ferro de Santos a Jundiahy.
42. Beneficio de loterias isentas de impostos.
43. Decima parte do beneficio liquido das concedidas depois da lei.
44. Imposto de 15 % sobre loterias.
45. Sello dos bilhetes de loteria.
46. Remanescente dos premios idem (Lei n. 1014 de 27 de Setembro de 1860, art. 12, § 3º).
47. Producto do imposto adicional de 5 %.

*Recursos*

1. Saldo entre os recebimentos e restituições dos depositos.
2. Producto da parte do ultimo emprestimo externo relativo à Lei n. 3349 de 1887.
3. Juros dos auxilios aos Bancos, nos termos da Lei n. 3263 de 18 de Julho de 1885, derogada quanto à applicação especial desses juros.
4. Producto do ultimo emprestimo com applicação especial ao prolongamento da via-ferrea da Bahia a S. Francisco e construcção da de Bagé a Uruguayana, nos termos da Lei n. 3351 de 1887.

*Disposições geraes*

Art. 2.º O Governo fica autorizado :

- 1.º A emittir bilhetes do Thesouro até à somma de 16.000:000\$, como antecipaçaõ da receita no exercicio desta lei;

2.º A receber e restituir, empregando os saldos nas despesas do Estado e contemplando o excesso das restituições no balanço, conforme o disposto no art. 41 da Lei n. 638 de 17 de Setembro de 1851, os dinheiros das seguintes origens: empréstimo do cofre de orphãos, bens de defuntos e ausentes e do evento, premios de loteria, depositos das Caixas Economicas, Montes de Soccorro e de diversas origens;

3.º A empregar no serviço da immigração e da colonisação nacional desde já a parte do producto da renda com applicação especial do exercicio de 1888, destinada na Lei n. 3349 de 1887 ao fundo de emancipação;

4.º A manter relativamente á importação dos generos para cuja produção já existem e funcionando no paiz fabricas, que empregam nas respectivas industrias materia prima nacional, tarifa movel da Alfandega, acompanhando a elevação do cambio, acima da taxa de 22 ½ d. por 1\$; bem como a elevar os direitos de importação sobre artefactos de algodão e de juta, para o fim de não soffrerem com a concorrência iguaes productos de fabricas nacionaes;

5.º A rever as tarifas da Alfandega relativamente aos generos importados dos Estados-Unidos, nos termos do tratado que porventura celebrar com esta nação para obter vantagens, pelo menos reciprocas, para os generos de produção nacional por ella importados;

6.º A rever o Regulamento de 22 de Fevereiro de 1888, relativo aos impostos de industrias e profissões;

7.º A rever as tarifas com o fim de abaixar as taxas cobradas sobre productos chimicos ou outras mercadorias applicaveis como adubo ou correctivos na industria agricola, ficando dispensados do pagamento dos direitos alfandegaes e dos 5 % additionaes os seguintes fertilisantes chimicos, ou adubos chimicos, destinados á lavoura:

Super-phosphato de cal, quer mineral, quer de ossos,  
Phosphato de cal,  
Nitrato de potassa,  
Nitro'o de soda,  
Sulphato de potassa,  
Sulphato de ammonia,  
Sulphato de ferro,  
Sulphato de cobre,  
Silicato de potassa,  
Enxofre,  
Bi-sulfureto de carbono;

8.º A isentar dos direitos de importação e expediente os animais de raça, que forem importados para as fazendas de criação e todos os que o forem para o Jardim Zoologico, estabelecido em Villa Isabel, na capital do Imperio;

9.º A isentar dos impostos de decima e pennas d'agua os predios já construidos e que o forem no dito Jardim Zoologico;

10. A ceder á empresa que tomar a si a exploração para a

conclusão da estrada de ferro do Bananal a divida de 16:000\$ ao Estado, pela qual é responsavel a actual empreza ;

11. A mandar executar os melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro, na parte relativa á Lagôa de Rodrigo de Freitas, de accôrdo com os planos e orçamentos organizados pela commissão de saneamento sob a direcção do engenheiro J. J. Révy, e já apresentados á Assembléa Geral, mediante empreza ou companhia, que para aquelle fim se organizar, á qual poderá conceder, em concorrência publica, além dos favores constantes dos ns. 1, 2 e 3 do Decreto legislativo n. 3151 de 9 de Dezembro de 1882, e dos que cabem na attribuição do Poder Executivo, os seguintes:

a) Dominio util, por 90 annos e gratuito, dos terrenos do Estado comprehendidos nos ditos planos, e dos que forem adquiridos por aterros ou desaterros, depois de completamente nivelados, exceptuando-se os que forem reservados para logradouros publicos ;

b) Isenção de direitos de importação de materiaes eapparelhos necessarios para execução das obras comprehendidas nos referidos planos ;

c) Privilegio para construcção, uso e gozo de uma linha ferrea suspensa entre a cidade e o novo bairro da Lagôa de Rodrigo de Freitas, de accôrdo com os alludidos planos.

12. A rever a tarifa das Alfandegas ; a dar ás Alfandegas do Rio Grande do Sul uma tarifa especial, integral, satisfazendo, como fór mais conveniente ao Estado, as reclamações ao Governo apresentadas pelas praças commerciaes da Provincia ; a reduzir e supprimir, si necessario fór, os impostos de exportação sobre os productos similares das republicas vizinhas, que delles forem isentos nos respectivos paizes ; e a tomar, por si ou de accôrdo com os Estados limitrophes, todas as providencias necessarias para evitar o prejuizo das rendas publicas nos despachos e transito de mercadorias de qualquer procedencia e para qualquer destino não só pelas fronteiras terrestres do Sul, como especialmente pelo rio Uruguay e seus affluentes, via-ferrea de Quarahy a Itaquy, lagôa Mirim e seus rios tributarios, attendendo quanto possivel ao maior aproveitamento e livre trafego dessas vias de communicação internacional ;

13. A pagar a Sua Alteza o Principe D. Pedro Augusto a quantia de 4:693\$548 pela differença occorrida desde 20 de Março até 31 de Dezembro do anno passado, em seus alimentos, os quaes passaram de 6:000\$ annuaes a 12:000\$, por ter completado sua maioridade a 19 daquelle mez, conforme o disposto no art. 5º da Lei n. 151, de 28 de Agosto de 1840, no art. 2º, n. 8, da de n. 3314 de 16 de Outubro de 1886 e no art. 28 da de n. 3313 da mesma data ;

14. A pagar aos herdeiros de Maria Maxwell Rudge a quantia de 206:639\$916, em que foi accordada a indemnização da 4ª parte do predio denominado — Trapiche Maxwell —, do qual o Estado já adquiriu a propriedade das outras tres quartas partes por escriptura de 30 de Junho de 1857, podendo o Go-



verno, para effectuar esse pagamento, fazer as operações de credito necessarias;

15. A garantir ao emprestimo que contrahir a Associação Commercial do Rio de Janeiro para consolidação da divida proveniente da construção do edificio da nova praça e sua conclusão, amortização e juro, não excedendo este de 5 %, e aquella a porcentagem necessaria para resgatar a divida em 30 annos, ficando o mesmo edificio hypothecado ao Estado para sua integral indemnização das quantias que porventura despende o tomando o Governo as cautelas necessarias para que toda a renda que o edificio produzir se applique de preferencia ao serviço do mesmo emprestimo;

16. A isentar de direitos de expediente os materiaes da estatua do finado Senador José Bonifacio, que se pretende erigir em S. Paulo;

17. A alterar o processo para percepção do meio soldo, promovido pelos herdeiros dos officiaes do Exercito, de modo a tornal-o mais summario e menos dispendioso.

Art. 3.º E' desde já derogada a Lei n. 3263 de 18 de Julho de 1885, na parte em que manda applicar ao resgate do papel-moeda os juros das quantias que, nos termos da mesma lei, forem adiantados aos Bancos, e outrossim do mesmo modo revogado o art. 5º da Lei n. 3348 de 20 de Outubro de 1887.

Art. 4.º Serão pelas Provincias cobradas as dividas ao Estado dos colonos nellas estabelecidos; e o producto, bem como o da venda das terras publicas, ás mesmas Provincias cedido para ser por ellas applicado ao desenvolvimento e serviço da colonização.

Art. 5.º Ficam desde já extinctas as dividas provenientes da ex-propriedade servil, devendo o Governo restituir integralmente os impostos dessa origem, cobrados no exercicio de 1888.

Art. 6.º Fica approvedo o § 1º da clausula XXI do Decreto n. 9859 de 8 de Fevereiro de 1888, comprehendendo-se tambem na isenção os 5 % de expediente.

Art. 7.º Continuam em vigor a autorisação dada no art. 14 da Lei n. 3018 de 5 de Novembro de 1880 e a disposição do art. 6º da Lei n. 3348 de 20 de Outubro de 1887.

Art. 8.º Ficam dispensados da multa, si satisfizerem dentro de seis mezes do exercicio desta lei o sello devido: as sociedades anonymas pelas entradas do capital realizavel, os empregados provinciaes, municipaes e de sociedades anonymas e corporações de mão-morta de que trata o § 5º, n. 10, da tabella A do Decreto n. 8946 de 19 de Maio de 1883, pelos seus titulos de nomeação, aposentadoria, jubilação e reforma.

Art. 9.º O prazo adicional dos exercicios fica reduzido a um semestre, sendo tres mezes para complemento das operações da receita e despesa e tres para a liquidação e encerramento das contas. O Governo poderá desde já expedir o necessario regulamento.

Art. 10. São creados, com applicação especial aos Institutos de Assistencia do municipio neutro e á manutenção dos actuaes,

que já não estejam no dito municipio a cargo de corporações religiosas ou de associações particulares, os seguintes impostos : de 30\$ sobre cada vehiculo (bond) de passageiros ou mixtos das companhias de Botafogo e Jardim Botânico e de S. Christovão ; de 15\$ sobre os das companhias de Villa Isabel, Carris Urbanos, Villa Guarany e Plano inclinado de Santa Thereza ; — de 500\$ por dia em que realizarem no municipio neutro corridas de cavallos ou muares os respectivos clubs, companhias, associações ou emprezas ; — e os addicionaes de 30 % sobre o que cobra a Ilma. Camara Municipal da imperial cidade do Rio de Janeiro, em virtude dos ns. 1, 2, 3, 6, 8, 14, 20, 21, 37, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46 e 47 do art. 1.º do orçamento municipal.

Paragraphe unico. Será tambem considerado entre os Asylos de Assistencia, para receber auxilio por conta dos impostos especiaes acima decretados, o Asylo das Orphãs da Imperial Sociedade Amante da Instrução, da Córte.

Art. 11. E' a Ilma. Camara Municipal do Rio de Janeiro autorisada a contrahir um emprestimo até ao maximo de 5.000:000\$, a juros de 4 % e 1 % de amortização, sendo annualmente fixada no orçamento municipal verba para o serviço dos juros e amortização do emprestimo, devendo ser as condições do contracto sujeitas á approvação do Governo, que fiscalisará a applicação do emprestimo aos fins para que é pela Ilma. Camara solicitada a autorisação.

Art. 12. São consideradas de custeio as despesas realizadas pelas companhias de estrada de ferro, que gozam da garantia do Estado, com o pagamento de impostos geraes, provinciaes e municipaes, exigidos por lei.

Art. 13. Ficam prorogados por igual tempo os prazos a que se refere o n. V do Decreto n. 9707 de 29 de Janeiro de 1887, que concedeu autorisação a G. Fogliani e ao Dr. José Ferreira de Souza Araujo, ou á empreza que organizarem, para o fim de alargar e prolongar a rua do Senhor dos Passos.

Art. 14. Fica isento de direitos o vasilhame de vidro e de barro e seus accessorios importados pelas emprezas das aguas naturais medicinaes no Imperio, ao qual se concederá tambem, quando vazio, transporte gratuito nas estradas de ferro do Estado.

Art. 15. O imposto de 50 réis por litro de aguardente, consignado no n. IV do art. 9.º da Lei n. 3313 de 16 de Outubro de 1886, seja reduzido a 20 réis.

Art. 16. As estações fiscaes encarregadas dos despachos de exportação de generos para fóra do Imperio deduzirão a favor dos expeditores a importancia dos direitos de importação das folhas de Flandres e estanho, quando as ditas folhas servirem de involucro para generos de industria nacional, e o despacho de taes generos fôr de peso não inferior a 500 kilos.

Art. 17. Ficam restabelecidas, até que tenham a devida execução, as disposições dos ns. 1 e 2 do art. 19 da Lei n. 3140 de 30 de Outubro de 1882, podendo para esse fim o Governo vender em hasta publica todos os proprios nacionaes que estiverem alugados, arrendados ou desoccupados.

Art. 18. Fica concedido ao Ministerio da Marinha um credito especial de 1.100:000\$ para augmentar o material fluctuante da Armada, sendo o Governo autorizado a fazer para este fim as necessarias operações de credito.

Art. 19. Fica reduzida a 10 annos a prescripção das dividas fiscaes não excedentes de 500\$000.

A prescripção de que trata este artigo começará a correr da data desta lei.

Art. 20. O Governo fica autorizado a conceder á empresa que se propuzer a desenvolver em grande escala a producção da seda e estabelecer sua manufactura no Imperio, os favores seguintes:

I. Isenção de direitos para todo o material preciso á construcção das fabricas e suas dependencias e accessorios, e funcionamento dellas;

II. Isenção, por 10 annos, de direitos de importação sobre a seda crua destiada, torcida e em rama, e productos de tinturaria, sendo fixado o maximo da seda importada annualmente em 20.000 kilogrammas nos primeiros cinco annos e em 10.000 nos ultimos cinco;

III. Isenção do imposto predial, de industria e profissões durante 10 annos.

A' mesma empresa obrigará:

I. A fornecer aos agricultores, mediante contractos de reciprocidade de direitos e obrigações entre o productor e a empresa, mudas de amoreira e o sirgo para criação do bombix;

II. A estabelecer nos centros de producção fabricas de desdobrar casulos, observatorios sericos para a direcção technica do trabalho e reproducção do sirgo pelo systema que melhor parecer;

III. A fundar, desde já, na cidade do Rio de Janeiro uma fabrica de fição e tecidos de seda, para um consumo annual de 20.000 kilogrammas de seda crua;

IV. A fundar uma escola theorica e pratica sobre o cultivo de amoreira e criação do bicho de seda.

No uso desta autorisação o Governo dará preferencia aos que provarem prioridade na industria e no pedido, e apresentarem melhores garantias de execução da empresa.

Art. 21. E' applicavel á desapropriação de aguas para abastecimento das povoações o processo estabelecido no Decreto n. 1664 de 27 de Outubro de 1855, com as seguintes modificações:

I. Os arbitros serão dous, nomeado um por quem promover a desapropriação e outro pelo proprietario, desempatando o Juiz no caso de não accordarem sobre o preço da indemnização;

II. O valor das aguas a indemnizar será o que corresponder ao volume ou força motora de que effectivamente utilizar-se o proprietario, ao tempo da desapropriação;

III. A indemnização não excederá á exigencia do proprietario e nem será inferior:

a) A' offerta, previamente approvada pelo Ministerio da Agricultura;

b) A 6 % do valor da propriedade constante do inventario ou contracto de acquisição, revestido das formalidades legais, anteriores à decretação da obra, e, na falta de inventario ou contracto, do valor que estimarem os arbitros.

Art. 22. Quando o abastecimento exigir construcções em terrenos proximos ou adjacentes aos mananciaes, será devida indemnização pelos que para esse fim forem desapropriados, observando-se, em tal caso, na estimação do valor, as regras prescriptas nos arts. 12 e 13 do citado Decreto n. 1664.

Art. 23. Possuindo o proprietario estabelecimento que fique prejudicado com a desapropriação, por não permittir o interesse publico, que, na fôrma do artigo seguinte, lhe seja fornecida quantidade d'agua sufficiente para a respectiva exploração, será tambem desapropriado o mesmo estabelecimento, regulando-se a indemnização pelo disposto nos mencionados arts. 12 e 13 do citado Decreto n. 1664.

Art. 24. Além da indemnização, é garantida ao proprietario a quantidade de agua necessaria ao consumo domestico, fazendo-se para esse fim as convenientes derivações.

Art. 25. Sempre que as obras do abastecimento houverem de ser feitas administrativamente, promoverão a desapropriação, na Côte o Procurador dos Feitos da Fazenda Nacional, nas Provincias os Procuradores Fiscaes das Thesourarias.

Art. 26. Incorrem nas penas de um a tres annos de prisão com trabalho os que lançarem substancias nocivas à saude publica nas aguas destinadas ao abastecimento das povoações ou de qualquer fôrma as tornarem immundas.

Art. 27. E' o Governo autorizado para, ao terminar o contracto de cada uma das actuaes emprezas de transportes por trilhos de ferro assentados nas ruas desta capital, e seus subúrbios, renovar a concessão à mesma ou a diversa empresa sob as seguintes condições:

§ 1.º Um anno antes da terminação do prazo de cada uma das concessões actuaes se abrirá hasta publica para nova concessão, que será feita por 50 annos ao menos.

§ 2.º Como base para a concorrência, o Governo organizará a tabella dos preços do transporte, não excedendo os actuaes, fazendo-lhes antes as possiveis reduções e tornando-os proporcionaes ás distancias; e bem assim taxará as condições que julgar convenientes para a exploração das linhas.

§ 3.º Entre as condições se comprehenderão as seguintes:

a) Obrigação de concertar e conservar os calçamentos nas ruas em que existirem os trilhos;

b) Pagamento de uma quantia, que será recolhida ao Thesouro no acto da adjudicação, ou uma percentagem sobre os lucros liquidos verificados annualmente;

c) Reversão para a Camara Municipal de todo o material da empresa, no fim do prazo.

§ 4.º Nas propostas não se admittirá alteração das clausulas ao edital, versando a concorrência unicamente sobre a quantia offercida, e tendo preferencia, tanto por tanto, as empresas actuaes.

§ 5.º Não se concederá passagem *gratis*, sinão aos agentes do Correio e da Policia.

Art. 28. As sommas produzidas pelas arrematações das novas concessões serão empregadas exclusivamente nas obras do saneamento da cidade ou no serviço do empréstimo que porventura contrahir o Governo com applicação exclusiva ás mesmas obras.

§ 1.º Adoptado um plano geral para essas obras, serão ellas divididas, o mais possível, em empreitadas parciaes, adjudicadas em hasta publica com a clausula de intransferiveis.

§ 2.º Si os recursos não forem sufficientes, o Governo pedirá credito ao Corpo Legislativo.

Art. 29. Fica integralmente isento do imposto predial o edificio em que funciona o Lyceu Litterario Portuguez, sito á rua da Prainha.

Art. 30. Fica o Governo autorizado a indemnizar as Camaras Municipaes das cidades de S. João d'El-Rei e Santa Barbara, Provincia de Minas, e Taubaté, Provincia de S. Paulo, das quantias que provarem haver pago de frete á Estrada de Ferro D. Pedro II, pelo transporte do material para as obras do abastecimento d'agua áquellas cidades.

Art. 31. O augmento de 300:000\$, concedido na verba 2ª do orçamento da despeza do Ministerio da Fazenda, para o serviço fiscal das Alfandegas do Rio Grande do Sul, pôde ser applicado tambem ás repartições fiscaes das fronteiras do Imperio.

Art. 32. Os ordenados fixos dos empregados da Recebedoria do Rio de Janeiro ficam desde já equiparados aos dos empregados da Alfandega da Côrte, sahindo a differença da porcentagem que actualmente aquelles percebem, afim de não dar-se augmento de despeza, nem alteração na lotação actual dos respectivos vencimentos.

Art. 33. Da data desta lei em diante o funcionario publico de qualquer ordem ou categoria que, depois de aposentado ou jubilado, aceitar do Governo Geral ou Provincial emprego ou comissão remunerada, perderá, durante o exercicio, todas as vantagens da aposentadoria ou jubilação.

Art. 34. Fica o Governo autorizado a converter a divida interna e externa fundadas, no todo ou em parte, com redução dos juros, fazendo para esse fim as necessarias operações de credito.

Para esta operação restabelecem-se as disposições do art. 7º da Lei n. 3229 de 3 de Setembro de 1884, menos quanto ao limite dos juros ali estabelecidos.

Art. 35. Fica o Governo autorizado, na deficiencia da receita, a fazer operações de credito, para satisfazer ás despezas autorizadas, em credits especiaes, a diversos Ministerios por varias resoluções legislativas do corrente anno.

Art. 36. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos 24 de Novembro de 1888, 67º da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR com rubrica e guarda.

*João Alfredo Corrêa de Oliveira.*

Carta de lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem Sanccionar, Orçando a Receita Geral do Imperio para o exercicio de 1889 e dando outras providencias, como nella se declara.

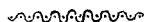
Para Vossa Magestade Imperial Ver.

Rodolpho da Costa Tinoco a fez.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Antonio Ferreira Vianna.*

Transitou em 26 de Novembro de 1888. — *José Julio de Albuquerque Barros.*

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda em 26 de Novembro de 1888. — *Augusto Frederico Colin.*



## LEI N. 3397 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1888

Fixa a Despeza Geral do Imperio para o exercicio de 1889 e dá outras providencias.

D. Pedro II, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil: Fazemos saber a todos os Nossos subditos que a Assembléa Geral decretou e Nós queremos a Lei seguinte:

### Despeza Geral

Art. 1.º A Despeza Geral do Imperio para o exercicio de 1889 é fixada na quantia de ..... 153.148:442\$297 a qual será distribuida pelos sete Ministerios, na forma especificada nos artigos seguintes :

Art. 2.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio é autorizado a despendar, com os serviços designados nas seguintes rubricas, a quantia de..... 9.228:321\$097

A saber :

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |              |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| 1. Dotação de Sua Magestade o Imperador....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | 800:000\$000 |
| 2. Dotação de Sua Magestade a Imperatriz....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | 96:000\$000  |
| 3. Dotação da Princesa Imperial a Senhora D. Isabel.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | 150:000\$000 |
| 4. Alimentos do Principe Imperial do Grão-Pará o Sr. D. Pedro.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | 8:000\$000   |
| 5. Alimentos do Principe o Sr. D. Luiz.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | 6:000\$000   |
| 6. Alimentos do Principe o Sr. D. Antonio....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | 6:000\$000   |
| 7. Alimentos do Principe o Sr. D. Pedro....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | 12:000\$000  |
| 8. Alimentos do Principe o Sr. D. Augusto...                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | 12:000\$000  |
| 9. Gabinete Imperial.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | 1:900\$000   |
| 10. Subsídio dos Senadores.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | 540:000\$000 |
| 11. Secretaria do Senado ; augmentada a verba com a quantia de 4:060\$, sendo de 1:500\$ para pagamento do aluguel de casa do porteiro da Secretaria, conservação e limpeza dos moveis do Senado ; 1:500\$ para pagamento do ordenado e gratificação de um continuo dispensado do serviço sem tempo, e 1:000\$ para pagamento do ordenado sómente de um guarda tambem dispensado sem tempo do serviço.....                                                               | 170:000\$000 |
| 12. Subsídio dos Deputados.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | 750:000\$000 |
| 13. Secretaria da Camara dos Deputados ; elevada a verba com as seguintes quantias : 2:400\$ para um porteiro dispensado do serviço, e 43:500\$ para augmento da consignação de 72:000\$ destinada a publicação das discussões da Camara durante cinco mezes, em vez de quatro, sendo : 10:600\$ mensaes para stenographia dos debates, segundo o contracto existente, e 12:500\$ tambem mensaes, para sua publicação no <i>Diario Official</i> e em <i>Anuaes</i> ..... | 213:040\$000 |
| 14. Ajudas de custo de vinda e volta dos Deputados.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | 45:000\$000  |
| 15. Conselho de Estado.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | 48:600\$000  |
| 16. Secretaria do Estado : elevada a verba com a quantia de 6:000\$ para um Sub-Director addido, sendo 4:500\$ de ordenado e 1:500\$ de gratificação.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | 184:840\$000 |
| 17. Presidencias de Provincia.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | 268:703\$333 |
| 18. Ajudas de custo aos Presidentes de Provincia.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | 26:000\$000  |
| 19. Culto publico ; reduzidos na rubrica — Capella Imperial e Cathedral do Rio de Janeiro, a um só os dous logares de mestres de capella e compositores, com o vencimento de 1:250\$ (Decreto n. 9824 de 23 de Dezembro de 1887 e Aviso de 24                                                                                                                                                                                                                            |              |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |              |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| do mesmo mez), e applicadas as sobras da consignação, para despesas da Cathedral de Goyaz, ás obras da mesma cathedral.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | 769:850\$000 |
| 20. Seminarios Episcopaes.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | 110:000\$000 |
| 21. Pessoal do ensino das Faculdades de Direito.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | 202:895\$000 |
| 22. Secretarias e bibliothecas das Faculdades de Direito.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | 47:864\$000  |
| 23. Faculdades de Medicina; pessoal do ensino.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | 403:400\$000 |
| 24. Secretarias, bibliothecas e laboratorios das Faculdades de Medicina.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | 353:920\$000 |
| 25. Escola Polytechnica; pessoal do ensino....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | 193:500\$000 |
| 26. Secretarias e gabinetes da Escola Polytechnica.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | 96:212\$000  |
| 27. Escola de Minas de Ouro Preto.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | 82:800\$000  |
| 28. Inspectoria da Instrução primaria e secundaria do Municipio da Corte; pessoal e material da instrução primaria. — Da consignação de 7:000\$, destinada á subvenção a cursos nocturnos para adultos, será deduzida a quantia de 4:600\$ para auxilio ao Museu Escolar Nacional.....                                                                                                                                                                                                                   | 554:180\$000 |
| 29. Pessoal e material do Internato de Pedro II; reduzidas na rubrica—Material—as consignações para livros aos alumnos, mapas, instrumentos e material das aulas a 1:600\$; para vestuarios e calçados dos alumnos a 2:280\$; e elevada a verba com as seguintes quantias: 1:200\$ para aluguel de casa de residencia do Reitor e 200:000\$ para a compra do predio em que se acha o internato.....                                                                                                      | 399:060\$000 |
| 30. Pessoal e material do Externato de Pedro II; supprimidas as consignações: de 360\$, para auxilio ao guarda da bibliotheca, e a de 240\$, para um criado.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | 170:609\$000 |
| 31. Escola Normal.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | 67:500\$000  |
| 32. Academia Imperial das Bellas Artes.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | 87:550\$000  |
| 33. Imperial Instituto dos Meninos Cegos; elevada a consignação nos seguintes termos: ao medico 600\$ de ordenado e 400\$ de gratificação; aos professores do curso litterario e do curso musical 1:000\$ de ordenado e 600\$ de gratificação; aos repetidores 550\$ de ordenado e 250\$ de gratificação; para melhorar o ensino de afinação de piosos, reorganizar as officinas de typographia e de encadernação, crear-se o logar de dictante e copista mais 4:436\$; para a acquisição de objectos do |              |



|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |              |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| ensino, mais 3:529\$600; e para concerto dos pianos existentes 1:020\$000.....                                                                                                                                                                                                                                                                    | 91:953\$600  |
| 34. Instituto dos Surdos-Mudos.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | 62:665\$000  |
| 35. Asylo dos Meninos Desvalidos.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | 116:580\$000 |
| 36. Estabelecimento de Elucandas no Pará....                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | 2:000\$000   |
| 37. Imperial Observatorio; consignados 30:000\$, para as obras e o pessoal destinado ao levantamento do mappa celeste.....                                                                                                                                                                                                                        | 93:300\$000  |
| 38. Archivo Publico.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | 27:000\$000  |
| 39. Bibliotheca Nacional.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | 75:900\$000  |
| 40. Instituto Historico, Geographico e Ethnographico Brasileiro.....                                                                                                                                                                                                                                                                              | 9:090\$000   |
| 41. Imperial Academia de Medicina.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | 3:000\$000   |
| 42. Lyceu de Artes e Officios; elevada a 60:000\$ a consignação para o Lyceu de Artes e Officios do Rio de Janeiro, e incluída a quantia de 5:000\$, para cada um dos Lycens: <i>Taubateano</i> , e de <i>Artes e Officios</i> do Ouro Preto.....                                                                                                 | 90:090\$000  |
| 43. Inspectoria Geral de Hygiene.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | 231:710\$000 |
| 44. Inspectoria Geral de Saude dos Portos; reduzidas na rubrica — Material — a 1:000\$ cada uma das consignações: para impressões e publicações da Imprensa Nacional e para despesas eventuaes, etc.                                                                                                                                              | 203:440\$000 |
| 45. Lazaretos e Hospitaes Maritimos; reduzidos a 2:400\$ de ordenado e 1:200\$ de gratificação o vencimento do administrador do Lazareto da Ilha Grande....                                                                                                                                                                                       | 50:442\$500  |
| 46. Soccorros Publicos; elevada a verba com a consignação de 12:000\$, que serão entregues á administração da Santa Casa de Misericordia da Corte, em prestações mensaes de 1:000\$, para auxilio das despesas que a mesma Santa Casa faz com o Instituto Pastour; devendo nos futuros orçamentos constituir esta despesa — Rubrica especial..... | 112:000\$000 |
| 47. Limpeza da cidade e praias do Rio de Janeiro; augmentada a consignação para limpeza da cidade com a quantia de 19:920\$, deduzida da de 28:480\$ estabelecida para gratificação dos fiscaes das diversas limpezas, conservados os actuaes inspectores, e supprimida a quantia de 20:000\$ para occorrer a pequenos serviços.....              | 627:906\$664 |
| 48. Irrigação da cidade do Rio de Janeiro...                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | 100:000\$000 |
| 49. Obras; inclusive 50:000\$ para as obras de cada uma das Faculdades da Bahia e do Recife, e 20:000\$ para augmento do                                                                                                                                                                                                                          |              |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |              |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| edifício em que funciona a Escola de Minas de Ouro Preto.....                                                                                                                                                                                                                                                      | 400:000\$000 |
| 50. Eventuaes; consignados 10:000\$ como auxilio, por uma só vez, à Policlínica Geral do Rio de Janeiro, para compra de instrumentos eapparelhos, e 5:000\$. nas mesmas condições, ao Instituto Archeologico e Geographico de Pernambuco, para publicação de importantes documentos existentes em seu archivo..... | 40:000\$000  |

§ 1.º Não serão providos no Internato e Externato do Imperial Collegio de Pedro II os logares vagos o que vagarem de professores de qualquer dos estabelecimentos, havendo cadeira identica provida no outro, e, enquanto ambas estiverem preenchidas, não será provido o logar do respectivo substituto.

§ 2.º O Governo fica autorizado a reformar, sem augmento de despeza, o Instituto dos Surdos-Mudos, no sentido de dar maior desenvolvimento ao ensino pela palavra e de admittir no mesmo instituto surdas-mudas.

Art. 3.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça é autorisado a despende, com os serviços designados nas seguintes rubricas, a quantia de..... 7.680:612\$823

A saber:

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |                              |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------|
| 1. Secretaria de Estado.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | 141:070\$000                 |
| 2. Supremo Tribunal de Justiça; autorisado o Governo a rever o regulamento da Secretaria e contemplar no quadro do pessoal mais um official e um amanuense, o primeiro com 2:000\$ e o segundo com 1:500\$ de vencimentos annuaes; sendo applicadas á aposentadoria dos empregados as disposições dos arts. 14 e 15 do Decreto n. 5457, de 6 de Novembro de 1873.....                                    | 169:642\$000<br>634:808\$000 |
| 3. Relações.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |                              |
| 4. Juntas Commerciaes; elevada a verba com a quantia de 3:000\$ que o Governo distribuirá pelo secretario e empregados da Junta Commercial do Rio de Janeiro em execução do art. 27 da Lei n. 3346, de 14 de Outubro de 1887; sendo applicaveis aos secretarios das Juntas e aos empregados das respectivas Secretarias as disposições dos arts. 20 a 25 do Decreto n. 4159, de 22 de Abril de 1868..... | 86:504\$000                  |
| 5. Justiça de 1ª instancia; elevada a verba com as seguintes quantias, em virtude de nova lotação: de 700\$, para paga-                                                                                                                                                                                                                                                                                  |                              |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|
| mento da gratificação, que compete ao Juiz substituto de Campinas, em S. Paulo, e a de 150\$, que compete ao Juiz Municipal do termo de Campos, na Província de Sergipe.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | 3.142:090\$678 |
| 6. Despezas secretas da Policia.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | 120:000\$000   |
| 7. Pessoal e material da Policia; autorizado o Governo a rever a tabella que baixou com o Decreto n. 5572, de 21 de Março de 1874, para distribuir os vencimentos dos carcereiros conforme as necessidades e conveniencias actuaes, sem augmento de despesa.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | 694:141\$000   |
| 8. Casa de Detenção da Córte; autorizado o Governo a reformar o respectivo regulamento, sem augmento de despesa, e determinar que na mesma seja cumprida a pena de prisão simples.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | 78:800\$000    |
| 9. Asylo de Mendicidade; augmentada a verba com a quantia de 3:600\$ annuaes, para o pagamento do Director, segundo a tabella annexa ao Regulamento n. 9274, de 6 de Setembro de 1884; não podendo ser accumuladas as funcções do Director e do medico.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | 65:600\$000    |
| 10. Corpo Militar de Policia da Córte; autorizado o Governo a reorganizar-o e dar-lhe novo regulamento, augmentar a força com duas companhias de cavallaria e duas de infantaria, e com um Major-fiscal especialmente encarregado de inspecionar a de cavallaria, não excedendo o acrescimo da despesa annual com o pessoal a 412:716\$200, e com o material a 93:568\$, e a extraordinaria para montar, armar e alojar a mesma força a 78:162\$; podendo addir-lhe, sem augmento da despesa do Estado, a que fôr subvencionada por estabelecimentos e instituições para serviço da policia secreta, sendo os novos regulamentos sujeitos á approvação das Camaras Legislativas, sem prejuizo da execucao dos mesmos; e a despende com a reconstrucção do quartel central, denominado dos Barbonos, 278:503\$815 e com os reparos do da cavallaria 10:000\$000.... | 1.092:993\$415 |
| 11. Reformados do Corpo Militar de Policia da Córte.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | 16:675\$200    |
| 12. Casa de Correção da Córte.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | 153:01\$030    |
| 13. Obras.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | 20:000\$000    |

|                                          |              |
|------------------------------------------|--------------|
| 14. Guarda Nacional.....                 | 20:000\$000  |
| 15. Ajudas de custo.....                 | 90:000\$000  |
| 16. Condução de presos de justiça.....   | 5:000\$000   |
| 17. Presídio de Fernando de Noronha..... | 244:987\$500 |
| 18. Eventuaes.....                       | 5:000\$000   |

Paragrapho unico. E' o Governo autorizado a tomar as providencias mais urgentes e necessarias ao melhoramento do regimen do Presidio de Fernando de Noronha, dentro dos limites dos saldos que se verificarem na respectiva verba do exercicio em liquidação e do orgamento vigente.

Art. 4.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros é autorizado a despendar com os serviços designados nas seguintes rubricas a quantia de.... 771:700\$666

A saber :

|                                                                                                                                                                                                          |              |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| 1. Secretaria de Estado, moeda do paiz.....                                                                                                                                                              | 153:165\$000 |
| 2. Legações e consulatos, ao cambio de 27 ds. por 1\$; deluzida da respectiva consignação a quantia de 3:600\$, correspondente ás gratificações dos Vice-Consules de Gualegnyachú e Rosario de Santa Fé. | 517:675\$000 |
| 3. Empregados em disponibilidade, moeda do paiz.....                                                                                                                                                     | 5:866\$666   |
| 4. Ajudas de custo, ao cambio de 27 ds. por 1\$000.....                                                                                                                                                  | 45:000\$000  |
| 5. Extraordinarias no exterior, idem.....                                                                                                                                                                | 40:000\$000  |
| 6. Ditas no interior, moeda do paiz.....                                                                                                                                                                 | 10:000\$000  |

Art. 5.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha é autorizado a despendar com os serviços designados nas seguintes rubricas a quantia de..... 11.313:619\$125

A saber :

|                                                                                                                                 |                |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|
| 1. Secretaria de Estado.....                                                                                                    | 109:790\$000   |
| 2. Conselho Naval.....                                                                                                          | 24:800\$000    |
| 3. Quartel-General da Marinha.....                                                                                              | 32:580\$000    |
| 4. Conselho Supremo Militar.....                                                                                                | 10:932\$000    |
| 5. Contadoria da Marinha; deluzida a quantia de 800\$, por ter fallecido o ajudante da extincta casa da arrecalção.....         | 112:205\$000   |
| 6. Intendencia e accessorios.....                                                                                               | 93:205\$500    |
| 7. Auditoria.....                                                                                                               | 5:150\$000     |
| 8. Corpo da Armada e classes annexas.....                                                                                       | 995:684\$000   |
| 9. Batalhão naval.....                                                                                                          | 141:058\$460   |
| 10. Corpo de Imperiaes Marinheiros.....                                                                                         | 934:104\$000   |
| 11. Companhia de Invalidos.....                                                                                                 | 25:922\$180    |
| 12. Arsenaes; igualados, no da Córte, os vencimentos do ajudante aos do porteiro e augmentado com tres o numero de guardas..... | 2.595:575\$475 |

|                                                                                                          |                |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|
| 13. Capitánias de portos; elevada a verba a mais 504\$ para alugueis de casas em Pelotas e Victoria..... | 197:455\$500   |
| 14. Força Naval.....                                                                                     | 1.508:500\$000 |
| 15. Hospitales.....                                                                                      | 183:092\$700   |
| 16. Pharóes; elevada a verba com a quantia de 30:000\$, para desenvolvimento deste serviço.....          | 294:828\$500   |
| 17. Escola Naval; augmentada a verba com a quantia de 360\$, para mais um criado...                      | 184:773\$000   |
| 18. Reformados.....                                                                                      | 257:997\$810   |
| 19. Obras.....                                                                                           | 300:000\$000   |
| 20. Hydrographia.....                                                                                    | 15:750\$000    |
| 21. Meteorologia.....                                                                                    | 29:850\$000    |
| 22. Etapas.....                                                                                          | 365\$000       |
| 23. Armamento.....                                                                                       | 100:000\$000   |
| 24. Munições de bocca.....                                                                               | 1.500:000\$000 |
| 25. Munições navaes.....                                                                                 | 500:000\$000   |
| 26. Material de construcção naval.....                                                                   | 700:000\$000   |
| 27. Combustivel.....                                                                                     | 300:000\$000   |
| 28. Fretes, etc.....                                                                                     | 60:000\$000    |
| 29. Eventuaes.....                                                                                       | 100:000\$000   |

§ 1.º Os emolumentos cobrados nas capitánias dos portos farão parte da receita do Estado, ficando o Governo autorisado a marcar aos secretarios das capitánias ordenado e gratificação que não excedam a renda dos emolumentos em um anno.

§ 2.º E' o Governo autorisado a reformar o regulamento para vistorias de embarcações a vapor mercantes e exames de machinistas que possam nellas servir.

Art. 6.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra é autorisado a despende, com os serviços designados nas seguintes rubricas, a quantia de..... 15.031:706\$173

A saber :

|                                                                                                                                                                                                                                                      |              |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| 1. Secretaria de Estado, etc.....                                                                                                                                                                                                                    | 203:997\$000 |
| 2. Conselho Supremo Militar, etc. ; elevada a 1:200\$ a gratificação dos Juizes togados.....                                                                                                                                                         | 45:080\$000  |
| 3. Pagadoria das Tropas da Corte.....                                                                                                                                                                                                                | 40:675\$000  |
| 4. Directoria Geral das Obras Militares; consignada a quantia de 250:000\$, para construcção de novos quartéis e reparos dos existentes.....                                                                                                         | 756:300\$000 |
| 5. Instrucção militar; elevada a verba com as seguintes quantias : de 11:370\$ para creação de uma Escola Militar, com o curso de infantaria e cavallaria, na Provincia do Ceará, e de 48:200\$ para elevar-se a 100 o numero de Alferes-alunos..... | 390:666\$000 |

|                                                                                                                                                                                   |                |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|
| 6. Intendencia.....                                                                                                                                                               | 99:912\$500    |
| 7. Arsenal.....                                                                                                                                                                   | 896:283\$580   |
| 8. Deposito de artigos bellicos.....                                                                                                                                              | 18:000\$000    |
| 9. Laboratorios.....                                                                                                                                                              | 100:211\$600   |
| 10. Corpo de Saude.....                                                                                                                                                           | 505:135\$000   |
| 11. Hospitais e enfermarias.....                                                                                                                                                  | 411:835\$460   |
| 12. Estado-Maior General.....                                                                                                                                                     | 234:828\$000   |
| 13. Corpos especiaes.....                                                                                                                                                         | 855:672\$000   |
| 14. Corpos arregimentados.....                                                                                                                                                    | 2.205:684\$000 |
| 15. Praças de pret.....                                                                                                                                                           | 1.662:380\$630 |
| 16. Etapas.....                                                                                                                                                                   | 2.538:508\$000 |
| 17. Fardamento.....                                                                                                                                                               | 1.387:579\$703 |
| 18. Equipamento e arreios.....                                                                                                                                                    | 112:934\$700   |
| 19. Armamento; podendo o Governo applicar<br>o saldo do credito concedido pelo<br>art. 2º da Lei n. 3030, de 9 de Janeiro<br>de 1881.....                                         | 44:546\$400    |
| 20. Despezas de corpos e quartéis.....                                                                                                                                            | 453:000\$000   |
| 21. Companhias militares.....                                                                                                                                                     | 365:610\$490   |
| 22. Comissões militares.....                                                                                                                                                      | 68:546\$ 00    |
| 23. Classes inactivas.....                                                                                                                                                        | 730:539\$238   |
| 24. Ajudas do custo.....                                                                                                                                                          | 30:000\$000    |
| 25. Fabricas.....                                                                                                                                                                 | 88:788\$695    |
| 26. Presidios e colonias militares; elevada a<br>verba a mais 100:000\$ para occorrer ás<br>despezas com a estrada de União a<br>Palmas e com a colonia na foz do<br>Iguassu..... | 192:590\$177   |
| 27. Diversas despezas e eventuaes.....                                                                                                                                            | 530:000\$000   |
| 28. Bibliotheca do Exercito.....                                                                                                                                                  | 5:390\$000     |

Paragrapho unico. E' o Governo autorizado :

I. Para reformar a Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra e repartições annexas á mesma Secretaria, e bem assim as outras subordinadas ao Ministerio da Guerra, como sejam os Corpos de Saude e Ecclesiastico do Exercito — supprimindo as desnecessarias, com redução na despesa total feita com as mencionadas repartições;

II. Para reformar, sem augmento da despesa actual, as Escolas Militares da Corte e Porto Alegre e as Escolas de Tiro de Campo Grande e da Provincia do Rio Grande do Sul, dando-lhes novos regulamentos;

III. Para rever a tabella que baixou com o Decreto n. 2161 de 1 de Maio de 1858, reduzindo, como julgar conveniente, as differentes denominações das vantagens que percebem os officiaes do Exercito e as igualando *ad instar* das que ora percebem os da Marinha em comissões analogas, sem augmento, porém, da despesa;

IV. Para rever o Regulamento que baixou com o Decreto n. 5881 de 27 de Fevereiro de 1875, observando as prescripções seguintes :

a) Da Junta parochial, creada pelo art. 2º, § 1º, da Lei n. 2556 de 26 de Setembro de 1874, fará parte, em vez do Parocho, o cidadão immediatamente em votos ao 4º Juiz de Paz.

b) Si por falta ou culpa da Junta parochial não se effectuar o alistamento no prazo legal, será esta substituida, no anno em que não se houver reunido, por outra, composta de cidadãos residentes no municipio, e nomeados na Côte pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, e nas Províncias pelos Presidentes ;

c) O Governo fixará, desde já, os contingentes que o municipio da Côte e as Províncias houverem de fornecer, tenha ou não sido feito o alistamento em todas as parochias.

Para aquellas parochias onde não se tiver feito o alistamento, a distribuição ou fixação dos contingentes será regulada pelo resultado do alistamento da parochia do respectivo municipio ou, na falta, de outro mais proximo, na qual maior numero de alistados se houver apurado ;

d) Depois que se houver tornado effectivo o primeiro contingente de que trata o § 7º do art. 3º da precitada lei, sómente poderão ser organizados, por meio do recrutamento forçado, os contingentes das parochias onde não houver sido feito o alistamento ;

e) Ficam elevadas para 100\$ a 300\$ as multas comminadas pelo art. 6º, § 1º, da Lei n. 2556 de 26 de Setembro de 1874.

V. Para elevar a 30 o numero de batalhões da arma de infantaria, fixado pelo Decreto n. 10.115 de 18 de Agosto de 1888, sem augmento de despesa.

Art. 7.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas é autorisado a despendêr, com os serviços designados nas seguintes rubricas, a quantia de..... 46.873:576\$866

A saber :

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |              |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| 1. Secretaria de Estado.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | 219:948\$000 |
| 2. Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | 6:000\$000   |
| 3. Imperial Instituto Bahiano de Agricultura.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | 20:000\$000  |
| 4. Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, supprimido o auxilio ao Asylo Agricola.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | 24:000\$000  |
| 5. Auxilio para escolas praticas de agricultura e estações agronomicas e escolas industriaes e profissionais em differentes Províncias do Imperio; sendo : 100:000\$ para creação de uma fazenda experimental na Provincia do Rio de Janeiro, nas margens da Estrada de Ferro D. Pedro II ; 8:000\$ para ser convertida em estabelecimento zootechnico a colonia de S. Pedro de Alcantara ; 30:000\$ para fundação de uma estação agronomica a |              |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                               |                |                |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|----------------|
| margem da Estrada de Ferro D. Pedro II, além da serra da Mantiqueira ; 30:000\$ para auxilio da Escola Agricola Veterinaria de Pelotas, que a Camara Municipal restabeleceu, e a quantia necessaria para fundar e custear uma escola scientifica de viticultura na Provincia de S. Paulo..... |                | 408:000\$000   |
| 6. Aquisição de sementes, plantas, etc.....                                                                                                                                                                                                                                                   |                | 6:000\$000     |
| 7. Auxilio para a impressão da <i>Flora Brasiliensis</i> .....                                                                                                                                                                                                                                |                | 10:000\$000    |
| 8. Eventuaes.....                                                                                                                                                                                                                                                                             |                | 10:000\$000    |
| 9. Passeio Publico.....                                                                                                                                                                                                                                                                       |                | 8:400\$000     |
| 10. Jardim da praça da Acclamação ; reduzido a 13 o numero dos trabalhadores ; e fixados em 1:200\$ os vencimentos do chefe dos guardas.....                                                                                                                                                  |                | 27:900\$000    |
| 11. Corpo de Bombeiros ; elevada a verba com a quantia de 87:974\$300 para as despesas com o material do corpo, com orme as tabellas.....                                                                                                                                                     |                | 397:799\$800   |
| 12. Illuminação publica.....                                                                                                                                                                                                                                                                  |                | 869:802\$174   |
| 13. Garantia de juros ás estradas de ferro e ás contractadas ou ja construidas por effeito da Lei n. 2450 de 24 de Setembro de 1873 ; sendo 1.020:225\$670 para garantia de juros e fiscalisação da estrada de ferro do Rio Grande a Bagé.....                                                | 8.221:254\$815 |                |
| 14. Estrada de Ferro D. Pedro II:<br>Reduzida a 130:781\$790 a consignação destinada ao macadamisamento na 1ª e 2ª e nas demais secções da via-permanente, e a 100:000\$ a destinada ao augmento de officinas, machinas e ferramentas (locomocão) .....                                       |                | 8.811:184\$948 |
| 15. Estrada de Ferro do Sobral.....                                                                                                                                                                                                                                                           |                | 148:686\$500   |
| 16. Estrada de Ferro de Baturité ; sendo 27:000\$ para augmento do material rodante.....                                                                                                                                                                                                      |                | 299:275\$000   |
| 17. Estrada de Ferro de Paulo Afonso.....                                                                                                                                                                                                                                                     |                | 156:369\$500   |
| 18. Estrada de Ferro do Recife ao S. Francisco (prolongamento).....                                                                                                                                                                                                                           |                | 684:213\$800   |
| 19. Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco (prolongamento).....                                                                                                                                                                                                                            |                | 602:358\$000   |
| 20. Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana.....                                                                                                                                                                                                                                        |                | 817:993\$409   |
| 21. Obras publicas — sendo mais : 30:000\$ para reconstrução da estrada de rodagem D. Francisca ;<br>75:000\$ para aquisição da superstructura necessaria para a conclusão da ponte                                                                                                           |                |                |



Buarque de Macedo, na Província de Pernambuco;

1.000:000\$ para compra de mananciaes d'agua potavel e respectiva canalisação para esta capital;

60:000\$ para as obras, já orçadas, da desobstrucção e limpeza do alto Parnahyba e seus afluentes Urussuhy e Balças;

90:000\$ para as obras, já orçadas, da desobstrucção dos portos do Colô e Caxias, no rio Itapicurú, na Província do Maranhão;

100:000\$ para a limpeza do rio Jaguarão e canal do Sangradouro, da Lagoa-mirim, na Província do Rio Grande do Sul;

80:000\$ para prolongamento da estrada de Bragança até o Apelú, na Província do Pará;

30:000\$ para a conclusão da rampa no rio Parnahyba, em Therezina, até porto da Barrinha;

20:000\$ para a desobstrucção das cachoeiras, que impedem a navegação do rio Cuyabá, na extensão comprehendida entre a cidade deste nome e a villa do Rosario;

50:000\$ para occorrer ás obras indispensaveis no canal que liga a ribeira do Iguape ao Mar Pequeno, afim de prevenir os effeitos das enchentes; podendo esta verba ser desendida desde já;

500:000\$ para a construcção de açudes na Província do Ceará.

Da consignação destinada ao melhoramento do porto do Maranhão deduzza-se a quantia necessaria para os estudos de uma estrada de ferro que, partindo da capital do Maranhão, vá terminar no porto de Itaqui, fazendo o circuito pelas vertentes do Cutin e Bacanga.

Desta verba se applique a quantia necessaria para o estudo da praticabilidade do encanamento do rio S. Francisco para o Jaguaribe, na Província do Ceará.

22. Esgoto da cidade.....

23. Telegraphos; elevada a verba com as seguintes quantias:

50:000\$ para auxiliar as obras do prolongamento da linha telegraphica do interior

3.761:081\$500

2.164:780\$000

até a cidade da Januária, passando por S. João Baptista, Minas Novas, Arasuahy, Grão-Mogol, Montes Claros e S. Francisco;

50:000\$ para a construção de uma linha telegraphica entre a cidade de Penedo e a villa de Piranha;

10:000\$ para a de outra, que ligue a cidade de Itajahy à villa de Blumenau, em Santa Catharina;

100:000\$ para a construção da linha da cidade do Therezina à da Parnahyba, no Piahy, com escala pelas villas da União, Barras e Piracurua.

Da verba deste paragrapho applique-se a somma necessaria até à quantia de 40:000\$, para o estabelecimento da comunicação telegraphica do pharol das Salinas com a cidade de Bragança, na Provincia do Pará.....

2.468:160\$000

24. Terras publicas, colonisação nacional e estrangeira e immigração; sendo para cada uma das Provincias de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, S. Paulo, Minas Geraes e S. Pedro do Rio Grande do Sul, 1.000:000\$; para cada uma das do Espirito Santo, Paraná e Santa Catharina, 500:000\$; para cada uma das do Pará, Maranhão e Ceará, 300:000\$; e para cada uma das restantes 200:000\$000.

Nas quotas de cada uma das Provincias serão contemplados os serviços que estavam especificados na verba (extincta) — Educação de ingenuos — e na emenda da Camara, no valor total de 82:500\$000.

Estas quotas não poderão ser distrahi'as de umas para outras Provincias; mas a quinta parte de todas, formando o computo de 2.000:000\$, será applicada pelo Governo às despesas goraes da verba.

O Governo auxiliará por esta verba aos agricultores na introdução de trabalhadores, quillquer que seja sua origem e nação; não podendo o auxilio exceder o preço das passagens dos colonos e immigrantes europeus.....

10.000:000\$000

25. Catechese; deduzidos 50:000\$ e consignadas as seguintes quantias: 20:917\$ para a Provincia de Goyaz; 45:300\$ para a de

- Matto Grosso; 20:000\$ para o Asylo Providencia de meninos indigenas, fundado na cidade de Belém pelo Bispo do Pará, e 43:671\$ para o Thesouro; entregando-se ás respectivas Provincias, para terem a devida applicação, as consignações constantes das tabellas explicativas.... 220:000\$000
26. Subvenção ás companhias de navegação a vapor; augmentada a verba com as seguintes quantias: 40:000\$, para auxiliar a viação interna, na Provincia de Matto Grosso, entre a cidade deste nome e a capital da Provincia, e 50:000\$, para subvencionar a navegação regular entre o Rio de Janeiro, Espírito Santo, Caravellas e Cannavieiras, com escala pelos ports intermedios, inclusive Barra do Rio Doce, precedendo para isso concorrência publica, autorisado o Governo para renovar, por prazo menor de 10 annos e com redução, nunca inferior a 10 %, os contractos das companhias que se fundarem, si assim julgar conveniente ao serviço publico, exceptuadas as companhias costeiras do Maranhão e Bahiana, cujos contractos poderão ser renovados sem o abatimento de 10 %, uma vez que se obriguem, aquella a fazer 18 viagens por anno, em vez de 12, e esta a abertura e construcção, á sua custa, de um canal que ponha em communicação fluvial as villas de Belmonte e Cannavieiras, ligando o braço do rio Jequitinhonha ao de mar da barra de Cannavieiras..... 2.736:800\$000
27. Correio Geral..... 2.986:313\$440
28. Museu Nacional; augmentada a verba, sendo: 44:580\$ para o pessoal de que trata o Decreto n. 9942 de 25 de Abril do corrente anno; 600\$ para gratificação de um secretario; 400\$ de um porteiro, e 14:700\$ para as despesas do material, sendo: Impressão, lithographia e brochura dos archivos 6:000\$; — Aquisição de vitrinas, armarios e outros moveis 1:500\$; — Conservação e limpeza do edificio 1:500\$; — Illuminação do edificio, appparelhos de gaz e concerto dos mesmos 300\$; — Diaria 1:500\$; — Aquisição de livros e revistas scientificas, remessa de archivos, 1:000\$, e despesas miudas e

|                                                                                                                                                                                                    |              |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| adquisição de productos naturaes, 2:900\$ ;<br>elevando-se com mais 600\$ os vencimentos do bibliothecario, e com mais 400\$ os do annuense ; sendo estas quantias de luzidas do material. . . . . | 72:280\$000  |
| 29. Fabrica de ferro de S. João do Ipanema. . . . .                                                                                                                                                | 205:175\$800 |
| 30. Garantia de juros ás empresas de engenhos contraes, em virtude da Lei n. 2687 de 13 de Novembro de 1865 e do Decreto n. 8357 de 24 de Dezembro de 1881. . . . .                                | 500:030\$000 |
| 31. Fiscalização de diversas estradas de ferro. . . . .                                                                                                                                            | 9:800\$000   |

§ 1.º Fica o Governo autorisado :

I. Para conceder garantia de juros até 6 %, sendo 30 annos o prazo maximo das concessões e 30:000\$ o maximo do custo kilometrico, para a construcção das seguintes estradas de ferro :

De Aracaju a Simão Dias, com um ramal para Capella, na Provincia de Sergipe, de conformidade com a Lei n. 3128, de 7 de Outubro de 1882 ;

De Ribeirão a villa do Bonito, na Provincia de Pernambuco ;

De Molungá a Alagôa Grande e do Pityra Itabaiana, na Provincia da Parahyba ;

De um ramal que, partindo da estrada Minas e Rio, vá ás aguas mineraes do Caxambu, e de outro que vá ás aguas mineraes de Lambary e Cambuquira, terminando na cidade da Campanha, observado o contracto feito pela Presidencia de Minas Geraes em 27 de Abril de 1888, em virtude da autorisação da Lei n. 3345, de 9 de Outubro de 1885 ;

De um ramal que, partindo do ponto conveniente da *Alagôas Railway*, vá á villa de Assembléa ;

De um ramal do Campo Grande ou de outro ponto mais conveniente ao Bom Jardim, em Pernambuco ;

De um ramal que, partindo da estrada de ferro Central da Bahia, vá ás terras do Orobó e prolongamento desta estrada para o Sul, pelo traçado que fôr verificado melhor pelos estudos a que se proceder ;

De um ramal da estrada de ferro do Natal a Nova Cruz para o Ceará-Mirim, ou de uma estrada para este ponto, partindo da cidade do Natal ;

De um ramal que ligue o porto de Tamandaré pelo valle do Jacuhype ao ponto da estrada de ferro do Recife ao S. Francisco, que fôr julgado mais conveniente ;

Prolongamento da estrada de ferro Sorocabana, de Botucatu ás margens do Paranapanema, abaixo da confluencia do Tibagy ;

Prolongamento da estrada de ferro do Paraná aos portos do Amazonas e Rio Negro, na parte que julgar conveniente, depois dos estudos a que proceder, e ramal de Morretes a Antonina ;

De Caxias a Cajazeiras, na Provincia do Maranhão ;

Prolongamento da estrada de ferro Barão de Araruama pelo

valle do rio Macabú, até entroncar na estrada de ferro de Leopoldina, na Provincia do Rio de Janeiro;

A actual estrada de ferro da Macahé á Serra do Frade ;

Prolongamento da estrada *Tram Road Nazareth* da villa de Santo Antonio de Jesus á da Amargosa, na Provincia da Bahia ;

De um ramal que, partindo da *Alagôis Railway*, vá terminar na extincta colonia militar Leopoldina, atravessando os valles Mirim, Jetituba, Santo Antonio Grande, Camaragibe, Manguaba e Jacuipe ;

De uma estrada de ferro que una a cidade de Pelotas ás colonias de S. Lourenço e Imitrophes a ella, na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul ;

Prolongamento da estrada de ferro Bahia e Minas, de Philadelphia a S. João Baptista de Minas Novas, na Provincia de Minas, e dahi para o ponto mais conveniente do rio S. Francisco ;

As estradas de ferro de Taubaté a Ubatuba ;

Prolongamento da de Itú a Iguaçu ;

Prolongamento da linha Sorocabana, desde Tatuhy, passando por Itapetininga, até a divisa da Provincia do Paraná ;

A empreza da estrada de ferro de Santa Luzia a Benevente, para construcção do trecho de Santa Luzia ao Cachoeiro, e do Cachoeiro a Benevente ou á Victoria, conforme os estudos mostraram ser mais conveniente ;

Para o prolongamento da via-ferrea de Carangola ao Alegre ou ao ponto mais conveniente da via-ferrea de Santa Luzia ao Cachoeiro.

II. Para contractar o prolongamento da estrada de ferro Minas e Rio até ao ponto navegivel do Rio Verde ; podendo, para esse fim, garantir juros de 3 %, nos termos do pedido da companhia, por prazo de 10 annos, e 5 %, durante a construcção, sobre o capital necessario, que não excederá de 30:000\$ por kilometro.

III. Para contractar com a Companhia Mogyana o prolongamento da estrada de ferro de Poços de Caldas até a cidade deste nome, nas condições da concessão d'aquelle ramal.

IV. Para mandar proceder aos estudos necessarios: para a construcção, de um ramal ferreo, que ligue as cidades de Victoria á da Gloria do Goitá, em Pernambuco ; de um ramal da *Alagôis Railway*, do ponto mais conveniente, á extincta colonia militar Leopoldina, percorrendo os valles do Mirim, Santo Antonio Grande, Getituba, Camaragibe, Manguaba e Jacuipe ; do prolongamento da estrada de ferro de Caruarú até Pesqueira, em Pernambuco ; do prolongamento da estrada de ferro Conde d'Eu, na Provincia da Parahyba, do Ingá á Campina Grande, e da Independencia a Bananeiras, e desta cidade até Nova Cruz, no Rio Grande do Norte, para ligação destas duas estradas, de accordo com o relatório do Ministerio da Agricultura, do anno passado ; e do prolongamento do ramal ferreo de Ouro Preto, até á cidade de Itabira ; podendo despendir com este ultimo prolongamento até a quantia de 130:000\$000.

V. Para mandar fazer os estudos necessários para ligar as estradas de ferro de Natal a Nova Cruz, na Província do Rio Grande do Norte; Comde d'Eu, na da Parahyba; do Limoeiro e de S. Francisco, na de Pernambuco, e da Imperial, na das Alagoas, de maneira a estabelecer comunicação entre essas Províncias por meio das referidas estradas de ferro;

VI. Para mandar proceder aos estudos, além de determinar o melhor traço do para o prolongamento da estrada de ferro Sorocabana, dos limites da Província do Paraná a entroncar na estrada de ferro de Taquary a Cacequi, na Província do Rio Grande do Sul.

VII. Para contractar, com quem melhores vantagens offerecer, a navegação do baixo S. Francisco, incluindo no contracto o serviço da rebocagem da barra; não podendo a subvenção exceder de 50:000\$000.

VIII. Para mandar proceder aos estudos da barra do rio Parahyba, nas proximidades da cidade de S. João da Barra, para o fim de dar boa entrada e saída aos vapores que demandarem aquelle porto.

IX. Para contractar a navegação dos rios Jequitinhonha e Pardo, na Província da Bahia, mediante a subvenção de 30:000\$000.

X. Para elevar até 20 annos o prazo da concessão para a navegação a vapor dos rios das Velhas e S. Francisco, sem nova subvenção, que continuará a ser a do contracto actual pelo prazo nelle estipulado.

XI. Para contractar com o Barão de Jaceguay o serviço da empresa de navegação a vapor entre o Brazil e a Europa, que o mesmo se propõe a organizar, segundo as bases da petição que apresentou á Camara, menos no que respeita á subvenção pedida para o serviço provisório da empresa. No exercício próximo vindouro, si a empresa estiver organizada, o Governo poderá conceder a subvenção pedida de 25:000\$ por viagem redonda, até a somma de 300:000\$ por 12 viagens.

§ 2.º Continua em vigor a autorização relativa ás obras para (melhoramento da) barra do Rio Grande do Sul, concedida ao Governo pelo art. 7.º, paragrapho unico, da Lei n. 3314, de 16 de Outubro de 1886, com as alterações consignadas no art. 7.º, § 2.º, da Lei n. 3349, de 20 de Outubro de 1887; ficando o Governo autorizado a mandar fazer as obras por administração, caso não dê resultado o concurso aberto para a construção das mesmas obras, por uma empresa particular, fazendo as operações de credito que sejam necessarias e cobrando, para amortização do capital e pagamento dos juros respectivos, as taxas decretadas nas disposições legais, acima referidas.

Continua tambem em vigor a autorização contida no art. 7.º, paragrapho unico, n. 4 da Lei n. 3314 de 16 de Outubro de 1886.

§ 3.º Ficam concedidos a cada uma das Províncias do Império, no mesmo ou em diversos logares do seu territorio, 360.000 hectares de terras devolutas, para serem applicadas á

colonização, ou vendidas a particulares em lotes, previamente medidos e demarcados segundo o systema que fôr estabelecido pelas respectivas Assembléas Provinciales.

São excluidas desta concessão as terras situadas ao lado das vias navegaveis, das estradas de ferro do Estado e das que gozarem da sua garantia; podendo o Governo concedel-as gratuitamente ás companhias ou estradas de ferro e de navegação para fundação de nucleos coloniaes.

§ 4.º Aos serviços relativos á verba — Terras Publicas e Colonisação — não será applicavel, quanto ao prazo dos contractos, a disposição do art. 19 da Lei n. 3018 de 5 de Novembro de 1880.

§ 5.º Continúa em vigor a autorização contida no art. 7º, § 1º, n. 5 da Lei n. 3349, de 20 de Outubro de 1887.

§ 6.º E' o Governo autorizado:

1.º Para crear uma caixa de soccorros para o pessoal de cada uma das estradas de ferro do Estado, sobre as seguintes bases:

1. O fundo desta caixa será formado:

a) Pela contribuição mensal de 1 % dos vencimentos de todo o pessoal, quer do quadro, quer jornaleiro;

b) Pela renda proveniente das multas impostas ao mesmo pessoal e das que forem arrecadadas por infracção dos regulamentos da estrada e contractos com ella celebrados;

c) Pela renda proveniente das armazenagens cobradas;

d) Pelos donativos feitos á caixa.

II. Esta caixa se comporá de dous fundos, um destinado a soccorrer o pessoal durante as suas enfermidade e outro para soccorrer a invalidez, estabelecendo pensão para o pessoal inutilisado para o serviço, e bem assim para as familias dos empregados do quadro, que fallecerem.

O Governo expedirá os necessarios regulamentos.

A matricula dos empregados para as caixas de soccorros das estradas de ferro do Estado será facultativa e não obrigatoria.

2.º Para construir ramaes destinados a unir a estrada central da Bahia á do rio S. Francisco, no ponto que fôr julgado mais conveniente, e as referidas estradas á de Santo Amaro; podendo, si contractar os ramaes, garantir juros que não excedam de 6 % no maximo, sendo tambem o preço kilometrico de 30:000\$ no maximo.

3.º Para fazer a concessão requerida pelo Engenheiro Antonio Lustosa Pereira Braga á Assembléa Geral Legislativa para os melhoramentos das ruas do Senador Correia e Marcilio Dias, assentamento de linhas de carris de ferro e tunnel, que communique a rua dos Andradas ás docas de D. Pedro II, de conformidade com as petições, planos e plantas pelo mesmo Engenheiro apresentados ao Corpo Legislativo.

4.º Para subvencionar com a quantia de 10:000\$ annuaes o Jardim Zoologico, fundado nesta Córte.

5.º Para contractar com o cidadão Manoel Gomes de Oliveira a fundação de 20 burgos agricolas, conforme o plano por este submettido á consideração do Corpo Legislativo.

Nenhuma garantia será concedida sem prévia fixação do capital, por orçamento regular, baseado em estudos technicos definitivos, executados a contento do Governo.

§ 7.º Fica concedida a garantia de 5 % sobre o preço maximo de 20:000\$ por kilometro, para uma estrada de ferro de 60 a 65 kilometros de extensão, e de 0<sup>m</sup>,75 de bitola, que partindo da villa de Nossa Senhora da Conceição do Rio Bonito, ou suas immedições, se dirija ao municipio de Cabo Frio.

Art. 8.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda é autorisado a despendar, com os serviços designados nas seguintes rubricas, a quantia de..... 62.193:399\$727

A saber :

|                                                                                                                                                                                                                      |                 |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|
| 1. Juros, amortização e mais despesas da divida externa, augmentada a verba com a quantia de 2.825:734\$ para a amortização e juros do emprestimo contratado em 1888.....                                            | 10.148:077\$000 |
| 2. Ditos idem dos emprestimos nacionaes de 1868 e 1879.....                                                                                                                                                          | 6.061:825\$000  |
| 3. Juros e amortização da divida interna, fundada.....                                                                                                                                                               | 19.090:209\$000 |
| 4. Ditos idem da divida inscripta, ainda não fundada.....                                                                                                                                                            | 7:000\$000      |
| 5. Caixa da Amortização.....                                                                                                                                                                                         | 184:392\$000    |
| 6. Pensionistas.....                                                                                                                                                                                                 | 1.960:084\$774  |
| 7. Aposentados.....                                                                                                                                                                                                  | 1.026:292\$675  |
| 8. Empregados de repartições e logares extinctos.....                                                                                                                                                                | 8:425\$000      |
| 9. Thesouro Nacional.....                                                                                                                                                                                            | 642:424\$666    |
| 10. Thesourarias de Fazenda; equiparada a diaria dos serventes da Thesouraria de Fazenda do Pará á que percebem os serventes da Thesouraria de Fazenda da Bahia.....                                                 | 1.031:330\$600  |
| 11. Juizo dos Feitos da Fazenda.....                                                                                                                                                                                 | 133:297\$500    |
| 12. Alfandegas; sendo o accrescimo de 300:000\$ destinado ao augmento do pessoal externo, material e outras despesas julgadas imprescindiveis nas Alfandegas do Rio Grande do Sul para repressão do contrabando..... | 4.748:117\$278  |
| 13. Recebedorias.....                                                                                                                                                                                                | 471:380\$000    |
| 14. Repartições do imposto do gado.....                                                                                                                                                                              | 30:530\$000     |
| 15. Mesas de Rendas e Collectorias.....                                                                                                                                                                              | 1.467:405\$500  |
| 16. Casa da Moeda e resgate do cobre.....                                                                                                                                                                            | 186:000\$000    |
| 17. Administração diamantina.....                                                                                                                                                                                    | 14.010\$000     |
| 18. Dita e custeio das fazendas e despesas com os proprios nacionaes.....                                                                                                                                            | 8:054\$000      |
| 19. Imprensa Nacional e <i>Diario Official</i> .....                                                                                                                                                                 | 455:992\$000    |



|                                                                                                                                                                                              |              |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| 20. Ajudas de custo.....                                                                                                                                                                     | 20:000\$000  |
| 21. Gratificações por serviços temporarios e<br>extraordinarios.....                                                                                                                         | 20:000\$000  |
| 22. Despezas eventuaes.....                                                                                                                                                                  | 100:000\$000 |
| 23. Diferenças de cambio.....                                                                                                                                                                | 600:000\$000 |
| 24. Juros diversos .....                                                                                                                                                                     | 350:000\$000 |
| 25. Ditos dos bilhetes do Thesouro.....                                                                                                                                                      | 800:000\$000 |
| 26. Ditos dos titulos de renda, que forem<br>emitidos para indemnização dos serviços<br>de ingenuos.....                                                                                     | 18:000\$000  |
| 27. Comissões e corretagens.....                                                                                                                                                             | 60:000\$000  |
| 28. Juros do emprestimo do Cofre dos Orphãos                                                                                                                                                 | 600:000\$000 |
| 29. Juros dos depositos das Caixas Economicas<br>o dos Montes de Soccorro.....                                                                                                               | 850:000\$000 |
| 30. Obras.....                                                                                                                                                                               | 641:707\$308 |
| 31. Exercicios findos; inclusive 318:845\$426<br>para os pagamentos aos credores de<br>exercicios findos dos seguintes Minis-<br>terios, segundo a liquidação feita no<br>Thesouro Nacional: |              |
| Imperio.....                                                                                                                                                                                 | 166:422\$423 |
| Justiça.....                                                                                                                                                                                 | 18:942\$819  |
| Marinha .....                                                                                                                                                                                | 20:097\$864  |
| Agricultura.....                                                                                                                                                                             | 57:564\$841  |
| Guerra.....                                                                                                                                                                                  | 34:672\$645  |
| Fazenda .....                                                                                                                                                                                | 21:144\$834  |
|                                                                                                                                                                                              | 918:845\$426 |
| 32. Adiantamento da garantia provincial de<br>2 % ás estradas de ferro da Bahia e de<br>Pernambuco.....                                                                                      | 450:000\$000 |
| 33. Reposições e restituições.....                                                                                                                                                           | 90:000\$000  |

Art. 9.º Fica approved o credito extraordinario na somma de 327:336\$014, constante da tabella **A**.

Art. 10. E' autorisado o Governo a abrir, no exercicio da presente Lei, creditos supplementares para as verbas indicadas na tabella **B**.

Art. 11. E' igualmente autorisado o Governo a despende, durante o exercicio desta Lei, até a importancia de 19.939:629\$813 per conta dos creditos especiaes, constantes da tabella **C**.

Art. 12. Continuam em vigor todas as disposições das antecessentes Leis de orçamento, que não versarem particularmente sobre a fixação da receita e despesa, sobre autorisação para marcar ou augmentar vencimentos, reformar repartições ou legislação fiscal, que não tenham sido expressamente revogadas.

Art. 13. E' o Governo autorisado:

I. Para rever o quadro do pessoal das repartições de Fazenda e annexas, sem augmento de despesa; bem como para alterar,

como fôr mais conveniente, as disposições que regem o concurso para as mesmas repartições;

II. Para isentar de direitos de importação e armazenagem um gradil de ferro que a Camara Municipal da cidade do Desterro importou para cercar a praça do *Barão da Laguna*, da mesma cidade.

Art. 14. Continúa em vigor a autorisação para o resgate das estradas de ferro do Recife a S. Francisco e da Bahia a S. Francisco.

Art. 15. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos 24 de Novembro de 1888, 67º da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR com rubrica e guarda.

*João Alfredo Corrêa de Oliveira.*

Carta de lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem Sancionar, fixando a Despesa Geral do Imperio para o exercicio de 1889, e dando outras providencias, como nella se declara.

Para Vossa Magestade Imperial Ver.

Rodolpho da Costa Tinoco a fez.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Antonio Ferreira Vianna.*

Transitou em 26 de Novembro de 1888.—*José Julio de Albuquerque Barros.*

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda em 26 de Novembro de 1888.—*Augusto Frederico Colin.*

## TABELLA — A

## Credito extraordinario

*Leis n. 589 de 9 de Setembro de 1850 e n. 2348 de 25 de Agosto de 1873*

## EXERCICIO DE 1886-1887

*Ministerio do Imperio*

|                                                                                                                                                  |              |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| Decreto n. 9846 de 27 de Janeiro de 1888.<br>Para as despesas imprevistas pelas medidas preventivas da invasão do cholera-morbus no Imperio..... | 106:552\$213 |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|

*Ministerio da Marinha*

|                                                                   |                     |
|-------------------------------------------------------------------|---------------------|
| Decreto n. 9934 de 21 de Abril de 1888.<br>Munições de bocca..... | 120:783\$801        |
|                                                                   | <u>227:336\$014</u> |

## EXERCICIO DE 1888

*Ministerio do Imperio*

|                                                                                                                                                               |              |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| Decreto n. 9846 de 27 de Janeiro de 1888.<br>Para as despesas imprevistas determinadas pelas medidas preventivas da invasão do cholera-morbus no Imperio..... | 100:000\$000 |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|

## RECAPITULAÇÃO

|                             |              |              |
|-----------------------------|--------------|--------------|
| Exercicio de 1886-1887..... | 227:336\$014 |              |
| Exercicio de 1888.....      | 100:000\$000 | 327:336\$014 |

Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Novembro de 1888.— *João Alfredo Corrêa de Oliveira.*

## TABELLA — B

Verbas do orçamento para as quaes o Governo poderá abrir  
creditos supplementares*Ministerio do Imperio*

Presidencias de Provincia — Pelas ajudas de custo aos Presidentes.  
Soccorros publicos.

*Ministerio da Justiça*

Ajudas de custo — Aos magistrados de 1ª e 2ª entrancia.  
Condução de presos de justiça.

*Ministerio dos Negocios Estrangeiros*

Ajudas de custo.  
Extraordinarias no exterior.

*Ministerio da Marinha*

Hospitaes — Pelos medicamentos e utensis.

Reformados — Pelo soldo de officiaes e praças reformadas.

Munições de bocca — Pelo sustento e dieta das guarnições dos navios da Armada.

Munições navaes — Pelos casos fortuitos de avaria, naufragio, alijamento de objectos ao mar e outros sinistros.

Frete — Por differenças de cambio e commissões de saques, tratamento de praças em portos estrangeiros e em Provincias onde não ha hospitaes e enfermarias, e para despesas de enterros.

Eventuaes — Pelas passagens autorisadas por lei, ajudas de custo e gratificações extraordinarias, tambem determinadas por lei.

*Ministerio da Guerra*

Corpo de Saude e hospitaes — Pelos medicamentos, dietas e utensis.

Praças de pret — Pelas gratificações de voluntarios e engajados e premios para os mesmos.

Etapas — Pelas que occorrerem, além da importancia consignada.

Despezas dos corpos e quartéis — Pelas forragens e ferragens.

Classes inactivas — Pelas etapas das praças invalidas e soldo de officiaes e praças reformadas.

Ajudas de custo — Pelas que se abonarem aos officiaes que viajam em commissão de serviço.

Fabricas — Pelas dietas, medicamentos, utensis e etapas diarias a colonos.

Diversas despezas e eventuaes — Pelo transporte de praças.

#### *Ministerio da Agricultura*

Iluminação publica.

Garantia de juros às estradas de ferro e aos engenhos centrais — Pelo que exceder ao decretado.

Correio Geral.

#### *Ministerio da Fazenda*

Juros da divida interna fundada — Pelos que occorrerem, no caso de fundar-se parte da divida fluctuante, ou de se fazerem operações de credito.

Juros da divida inscripta antes da emissão das respectivas apolices — Pelos que forem reclamados, além do algarismo orçado.

Caixa da Amortização — Pelo feitiço de notas.

Juizo dos Feitos da Fazenda — Pelo que faltar para pagamento da percentagem da divida arrecadada.

Alfandegas, Recebedorias, Mesas de rendas e Collectorias — Pelo excesso de despesa sobre o credito concedido para a percentagem dos empregados.

Differenças de cambio — Pelo que fôr preciso afim de realizar-se a remessa de fundos para o exterior e o pagamento dos juros e amortização dos empréstimos nacionaes de 1868 e 1879.

Juros diversos e juros dos bilhetes do Thesouro — Pelas importancias, que forem precisas, além das consignadas.

Commissões e corretagens — Pelo que fôr necessario, além da somma concedida.

Juros do emprestimo do cofre de orphãos — Pelos que forem reclamados, si a sua importancia exceder à do credito votado.

Juros dos depositos das Caixas Economicas e dos Montes de Soccorro — Pelos que forem devidos, além do credito votado.

Exercicios findos — Pelas pensões, aposentadorias, ordenados, soldos e outros vencimentos marcados em lei.

Reposições e restituções — Pelos pagamentos reclamados, quando a importancia destes exceder à consignação.

Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Novembro de 1888. — *João Alfredo Corrêa de Oliveira.*

## TABELLA — C

Creditos especiaes para os quaes o Governo poderá fazer operações  
de credito

*Leis n. 2348 de 25 de Agosto de 1873, art. 18, c n. 2792  
de 20 de Outubro de 1877, art. 20*

*Ministerio do Imperio*

Leis ns. 1904 e 1905 de 17 de Outubro de 1870 e 2348 de 25 de Agosto de 1873, art. 2º, paragrapho unico, n. 6

Medição e tombo das terras que, nos termos dos contractos matrimoniaes, formam os patrimonios estabelecidos para Suas Altezas as Senhoras D. Isabel e D. Leopoldina e Seus Augustos Esposos..... 18:000\$000

*Ministerio da Agricultura*

Lei n. 1953 de 17 de Julho de 1871, art. 2º, § 2º, e Lei n. 3351 de 20 de Outubro de 1887

Para o prolongamento da estrada de ferro da Bahia a S. Francisco..... 1.750:000\$000

Lei n. 1953 de 17 de Julho de 1871, art. 2º, § 2º, e Lei n. 3349 de 20 de Outubro de 1887, art. 7º, § 1º, n. 5

Estrada de ferro do Recife a Caruarú, sendo 1.000:000\$ para execução da Lei n. 3349, art. 7º, § 1º, n. 5, de 1887..... 3.000:000\$000

Lei n. 2397 de 10 de Setembro de 1873

Construcção da estrada de ferro de Porto Alegre a Cacequy..... 600:000\$000

Leis n. 2397 de 10 de Setembro de 1873 e n. 3351 de 20 de Outubro de 1887

Estrada de ferro de Bagé a Uruguayana 6.000:000\$000

Lei n. 2670 de 20 de Outubro de 1875, art. 18

Prolongamento da Estrada de Ferro D. Pedro II, incluidos os trabalhos além da cidade de Sabará..... 3.000:000\$000

|                                                                                                                                   |                |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|
| Lei n. 2940 de 31 de Outubro de 1879, art. 23                                                                                     |                |
| Prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité                                                                                     | 1.000:000\$000 |
| Lei n. 3127 de 7 de Outubro de 1882                                                                                               |                |
| Ramal do Timbó, da Estrada de Ferro da Bahia a S. Francisco .....                                                                 | 156:375\$000   |
| Lei n. 3139 de 21 de Outubro de 1882                                                                                              |                |
| Prolongamento da Estrada de Ferro Mogyana                                                                                         | 354:730\$000   |
| Lei n. 3141 de 30 de Outubro de 1882, art. 7º, § 1º, n. III                                                                       |                |
| Para pagamento dos juros sobre o capital para prolongamento da estrada de ferro Conde d'Eu, da capital ao porto de Cabedello..... | 35:563\$799    |
| Lei n. 3141 de 30 de Outubro de 1882, art. 7º, § 1º, n. IV                                                                        |                |
| Garantia de juros para o melhoramento do porto da Fortaleza e construção da respectiva Alfandega .....                            | 175:227\$014   |
| Lei n. 2639 de 22 de Setembro de 1875                                                                                             |                |
| Obras para o abastecimento de agua á capital do Imperio e custeio do tramway do rio do Ouro.....                                  | 979:734\$000   |
| Lei n. 3397 de 24 de Novembro de 1888                                                                                             |                |
| Para pagamento de garantia de juros pelas novas concessões autorisadas nesta Lei.....                                             | 2.000:000\$000 |
| Para prolongamento da estrada de ferro de Sobral, desde já.....                                                                   | 800:000\$000   |

*Ministerio da Fazenda*

|                                                                                                                          |             |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| Leis n. 1837 de 27 de Setembro de 1870, artigo unico, e n. 2348 de 25 de Agosto de 1873, art. 7º, paragrapho unico, n. 4 |             |
| Fabrico de moedas de nickel e de bronze.....                                                                             | 20:000\$000 |
| Lei n. 2348 de 25 de Agosto de 1873, art. 11, § 5º, n. 2                                                                 |             |
| Premio não excedente de 50\$000 por tonelada, aos constructores de navios no Imperio.....                                | 50:000\$000 |

---

19.939:629\$813

Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Novembro de 1888.— *João Alfredo Corrêa de Oliveira.*



## DECRETO N. 3398 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1888

Approva o decreto pelo qual foi elevada a 500 réis a pensão de 400 réis diários concedida ao anseçada Julião Pereira da Motta.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral :

Art. 1.º Fica approvedo o Decreto de 18 de Abril deste anno, pelo qual foi elevada a 500 réis a pensão de 400 réis diários concedida ao anseçada do 6º corpo de voluntarios da patria Julião Pereira da Motta, por Decreto de 13 de Março de 1867.

Art. 2.º Esta pensão será paga a contar da data do referido Decreto de 13 de Março de 1867 ; revogadas as disposições em contrario.

José Fernandes da Costa Pereira Junior, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Novembro de 1888, 67º da Independencia e do Imperio.

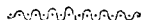
Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*José Fernandes da Costa Pereira Junior.*

Chancellaria-mór do Imperio. — *Antonio Ferreira Vianna.*

Transitou em 27 de Novembro de 1888. — *José Julio de Albuquerque Barros.* — Registrado.

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 29 de Novembro de 1888. — O Director da 3ª Directoria, *Dr. J. J. de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque.*



## [DECRETO N. 3399 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1888

Autorisa o Governo a conceder a José Alfredo Cunha Vieira & Comp., ou á empresa que elles organizarem, diversos favores para o fim de abrir uma rua nova em frente á praça Vinto e Oito de Setembro, alargar a rua de S. Bento e a do Conselho Saraiva.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado a conceder a José Alfredo Cunha Vieira & Comp., ou á empresa que elles organizarem, para o fim de abrir uma rua nova em frente á praça Vinto e Oito de Setembro, conforme o alinhamento que fór approvedo pelo



Governo, ouvindo a Ilma. Camara Municipal, alargar a rua de S. Bento, segundo os planos apresentados ao Corpo Legislativo, e a rua do Conselheiro Saraiva, dando-lhe, de principio ao fim, a largura que tem na parte central, os seguintes favores:

1.º Dispensa de decima urbana durante 20 annos para os predios que edificar na nova rua e reedificar na rua nova de S. Bento.

2.º Dispensa de direitos de transmissão de propriedade das aquisições que fizer a empresa para a sua realisação.

3.º Direito de desapropriação segundo a Lei n. 816, de 10 de Junho de 1855, ficando salvo ao Estado o direito de excluir da desapropriação o predio nacional existente na rua do Conselheiro Saraiva, desde que, no prazo de tres annos, o subordine ao alinhamento determinado no art. 1.º

4.º Privilegio por 30 annos para a construcção, exploração, uso e gozo de uma linha de bonds de bitola estreita e via dupla, que percorra a rua nova em toda a sua extensão.

5.º Prazo de um anno para a organização da companhia que tem de levar a effeito o projecto ; de mais um anno para começar as obras e mais cinco para concluil-as.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Antonio da Silva Prado, Senador do Imperio, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Novembro de 1888, 67.º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

Chancellaria-mór do Imperio.— *Antonio Ferreira Vianna.*

Transitou em 27 de Novembro de 1888.— *José Julio de Albuquerque Barros.*— Registrado.

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas aos 4 dias do mez de Dezembro de 1888.— *José Freire Parreiras Horta.*



#### DECRETO N. 3400 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1888

Autorisa o Governo a mandar pagar a D. Amalia de Macedo Pimentel e D. Clotilde Carréro do Macedo Aché a quantia que respectivamente lhes couber do montepio de seu pai, o Coronel Antonio Carlos Pereira do Macedo.

Hei por bem Sancionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Artigo unico. Fica o Governo autorizado a mandar pagar a D. Amalia de Macedo Pimentel e D. Clotilde Carréro de Macedo

Aché, desde a data da segunda viuvez de sua mãe, até 10 de Setembro de 1883, a quantia que respectivamente lhes couber do montapio de seu pai, o Coronel Antonio Carlos Pereira de Macedo; revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Novembro de 1888, 67.º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João Alfredo Corrêa de Oliveira.*

Chancellaria-mór do Imperio.— *Antonio Ferreira Vianna.*

Transitou em 27 de Novembro de 1888.— *José Julio de Albuquerque Barros.*— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda em 27 de Novembro de 1888.— *Augusto Frederico Colin.*



#### DECRETO N. 3401 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1888

Releva da proscricção em que incorreu D. Ignacia Francisca do Rego Monteiro para poder receber meio soldo.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a releva da prescripção em que incorreu D. Ignacia Francisca do Rego Monteiro, viuva do Major Miguel Joaquim do Rego Monteiro e mãe do fallecido Capellão Capitão do Corpo Ecclesiastico do Exercito Braulio Ludgero do Rego Monteiro, para poder receber a differença entre os meios soldos dos seus finados marido e filho, desde Junho de 1877 a Dezembro de 1887.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente

do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Novembro de 1888, 67º da Independencia e do Imperio.

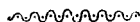
Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João Alfredo Corrêa de Oliveira.*

Chancellaria-môr do Imperio. — *Antonio Ferreira Vianna.*

Transitou em 27 de Novembro de 1888. — *José Julio de Albuquerque Barros.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda em 27 de Novembro de 1888. — *Augusto Frederico Colin.*



DECRETO N. 3402 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1888

Autorisa o pagamento de frs. 350.000 à *Compagnie Générale de Chemins de Fer Brésiliens.*

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral :

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a pagar à *Compagnie Générale de Chemins de Fer Brésiliens* frs. 350.000, importancia dos juros de 7 % sobre frs. 5.000.000, correspondentes ao periodo decorrido de Julho de 1883 a Julho de 1884.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Novembro de 1888, 67º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João Alfredo Corrêa de Oliveira.*

Chancellaria-môr do Imperio. — *Antonio Ferreira Vianna.*

Transitou em 27 de Novembro de 1888. — *José Julio de Albuquerque Barros.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda em 27 de Novembro de 1888. — *Augusto Frederico Colin.*



## DECRETO N. 3403 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1888

Permite ás companhias anonymas, que se propuzerem a fazer operações bancarias, emitir, mediante certas condições, bilhetes ao portador e á vista, convertíveis em moeda corrente, e dá outras providencias.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º Poderão emitir bilhetes ao portador e á vista, convertíveis em moeda corrente do Imperio, precedendo autorisação do Poder Executivo, as companhias anonymas que se propuzerem a fazer operações bancarias e que, em garantia do pagamento dos mesmos bilhetes, depositarem na Caixa da Amortização o valor sufficiente em apolices da divida publica interna, designadas no art. 2º desta Lei, observadas as disposições seguintes:

§ 1.º A emissão dos bilhetes só será permitida por somma igual á do valor nominal das apolices depositadas.

I. Não poderá a importancia das apolices depositadas exceder a dous terços do capital realzado.

II. A autorisação para emissão de bilhetes não será concedida sinão ás companhias anonymas, cujo fundo social subscripto não seja inferior a 5.000:000\$ na capital do Imperio, a 2.000:000\$ nas capitales das Provincias e a 1.000:000\$ nos municipios. Qualquer, porém, que seja o fundo social subscripto de cada companhia, a quantidade das apolices que depositar não excederá do valor de 20.000:000\$000.

III. A importancia das apolices depositadas por todas as companhias em caso nenhum excederá o maximo de 200.000:000\$. Preenchida a dita somma, o Governo não concederá novas autorisações, salvo pelas sommas correspondentes ás autorisações anteriores, que ficarem annulladas pela liquidação das respectivas companhias e tão somente depois de resgatados os bilhetes por ellas emitidos.

IV. Os bilhetes emitidos em conformidade das disposições desta Lei serão recebidos e terão curso nas estações publicas geraes, provinciaes e municipaes, excepto para pagamento dos direitos de importação e dos juros da divida interna fundada, que serão pagos em moeda corrente. As companhias emissoras serão obrigadas a receber reciprocamente os bilhetes das outras, sob pena de liquidação forçada.

V. Os portadores de bilhetes terão privilegio para seu pagamento, com exclusão de quaesquer outros credores, sobre as apolices depositadas e sobre os 20 % em moeda corrente, que as companhias são obrigadas a conservar em caixa, conforme o § 2º, n. 1, deste artigo.

A recusa de pagar á vista, e em moeda corrente, os bilhetes dá direito ao portador para protestar pelo não pagamento, perante o official do protesto de letras do logar, e constituirá fundamento legal para a decretação da liquidação forçada da companhia.

VI. Os bilhetes para emissão serão fornecidos pela Caixa da Amortização, correndo as despesas por conta da companhia interessada, e deverão conter, além da numeração e designação da serie e estampa:

- a) A inscripção do valor que representam, pagavel ao portador e à vista;
- b) O nome da companhia emissora;
- c) A declaração de que o pagamento se acha garantido pelas apolices depositadas, especificando-se o valor e o numero dellas;
- d) A assignatura do empregado da Caixa da Amortização ou do Thesouro Nacional, que para isso fôr designado;
- e) A firma do director, administrador ou gerente da companhia, a quem pelos estatutos compita assignar as responsabilidades do estabelecimento;
- f) Os bilhetes serão do valor de 10\$, 20\$, 30\$, 50\$, 100\$ e 500\$000.

VII. A falsificação de bilhetes e a introdução de falsificados serão punidas com as penas comminadas pelo direito vigente ao crime de moeda falsa.

§ 2.º O deposito de que trata este artigo (1º) poderá ser reduzido na proporção em que diminuir a emissão, e deverá ser reforçado, sempre que soffrer quebra ou desfalque por deducção de multas, ou por baixa do valor venal das apolices depositadas, relativamente ao nominal, excedente dos 20 % em moeda corrente, a que se refere o n. 1 deste paragrapho.

A differença que houver será coberta por deposito de novas apolices ou moeda corrente.

Nesta ultima hypothese vencerá a quantia depositada juro igual ao das letras do Thesouro Nacional.

I. A companhia conservará sempre em caixa 20 % em moeda corrente do valor dos bilhetes em circulação para acudir a seu prompto pagamento.

II. Nos estatutos que regerem as companhias concessionarias incluir-se-hão as seguintes clausulas:

a) Conversão em ouro, ou em apolices da divida publica interna de capital e juros em ouro, da parte do fundo de reserva que para isso destinarem os mesmos estatutos;

b) Reservar-se a companhia, na hypothese de corrida dos depositantes em conta corrente para retirada immediata das quantias depositadas, o direito de pagal-as por letras, que vencerão o mesmo juro, divididas em seis series correspondentes, quanto fôr possível, á ordem chronologica da requisição dos depositantes, e successivamente resgataveis de 15 em 15 dias, de modo que, ao cabo de 90 dias, volte o Banco ao regimen ordinario dos pagamentos;

c) Poderem os emprestimos aos agricultores, nos termos do art. 10 da Lei n. 3172 de 5 de Outubro de 1885, ser feitos por prazo de um a tres annos, e ainda por escripto particular, assignado pelo devedor e duas testemunhas, cujas firmas serão reconhecidas antes do registro, derogadas nesta parte o art. 107 e §§ 2º e 4º do Decreto n. 9549 de 23 de Janeiro de 1886.

§ 3.º As companhias emissoras ficam sujeitas à fiscalização do Governo, especialmente no que respeita à emissão, substituição e resgate dos bilhetes.

A fiscalização será exercida por funcionario do Governo, nomeado pelo Ministerio da Fazenda, o qual perceberá uma gratificação, cujo maximo não poderá exceder a 6:000\$ anualmente.

§ 4.º O excesso da emissão de bilhetes, além dos limites determinados nesta Lei, importará:

a) para as companhias, a revogação do decreto de autorização e sua liquidação forçada e immediata;

b) para os directores e gerentes, as penas do art. 173 do Codigo Criminal, além da indemnização das perdas e damnos causados aos accionistas;

c) para os fiscaes conniventes em taes faltas, porque tendo dellas conhecimento, não as denunciarem em tempo, as mesmas penas acima mencionadas.

§ 5.º O prazo de duração das companhias de que trata esta Lei não excederá de 20 annos; podendo, todavia, ser prorogado, mediante autorização do Governo.

§ 6.º No caso de liquidação voluntaria ou forçada, será entregue à Caixa da Amortização, por parte da companhia, dentro do prazo de seis mezes, a contar da data em que fôr deliberada ou decretada a liquidação, quantia em moeda corrente correspondente ao valor dos bilhetes emittidos, e mediante esta entrega serão restituídas as apolices depositadas.

Com esta quantia effectuará a Caixa da Amortização o resgate dos bilhetes.

No caso de possuir a companhia bilhetes resgatados, os entregará à Caixa da Amortização, feita a devida deducção na somma com que tiver de entrar para o resgate.

I. Si a quantia necessaria para o resgate não fôr entregue dentro do prazo mencionado, a Caixa da Amortização alienará pelos preços correntes as apolices depositadas, e com o seu producto realizará o resgate dos bilhetes, restituindo as sobras aos representantes da companhia.

II. Os bilhetes resgatados serão incinerados.

III. Logo que a Caixa da Amortização estiver de posse das quantias destinadas ao resgate dos bilhetes, tanto no caso de liquidação voluntaria, como no da forçada, fará annunciar por editaes, publicados pela imprensa, a abertura do prazo de seis mezes da data dos mesmos editaes, para, dentro dellas, os portadores de bilhetes trazerem-nos ao troco por moeda corrente. Os bilhetes que deixarem de ser apresentados no dito prazo se reputarão prescriptos, e a importancia, em moeda corrente, destinada ao resgate, será queimada.

§ 7.º A emissão das companhias, cuja séde fôr a capital do Imperio, não poderá exceder de 100.000:000\$000.

Aquellas que se estabelecerem nas Provincias e seus municipios poderá ser concedida autorização para emittir até somma igual, repartidamente.

§ 8.º O Governo poderá autorisar que, nas Provincias ou municipios, onde um anno depois de promulgada a presente Lei não se tenham organizado, ou deixem de funcionar as companhias anonymas de que ella trata, estabeleçam sucursaes as que funcionem em séde differente, sem augmento do respectivo capital, e observando-se o que dispõem os ns. 2 e 3 do § 1.º

Art. 2.º O Governo é autorisado a emittir opportunamente apolices, ao par, do valor nominal de 1:000\$, ao juro de 4  $\frac{1}{2}$  % ao anno, para o deposito a que se refere o art. 1º desta Lei.

A metade do preço destas apolices será empregada no resgate das de juro de 5 %, segundo o modo estabelecido no art. 60 da Lei de 15 de Novembro de 1827, e a outra metade no incineração do papel-moeda.

Art. 3.º Serão também recebidas para garantia da emissão as actuaes apolices da divida publica interna fundada do valor nominal de 1:000\$ e juro de 5 %, na razão de metade do deposito que deve fazer cada companhia, com a clausula de ficarem desde logo vencendo o juro de 4  $\frac{1}{2}$  %.

A outra metade do deposito constituir-se-ha com as apolices emittidas na conformidade do art. 2º, cujo preço neste caso será integralmente applicado ao incineração do papel-moeda.

Art. 4.º Quando, em virtude das disposições dos artigos antecedentes, tiver sido incinerada metade do papel-moeda actualmente em circulação, as companhias serão obrigadas a effectuar o troco de seus bilhetes, metade em moeda metallica e outra metade em moeda corrente.

Art. 5.º A emissão de que trata o art. 1º poderá ser elevada ao triplo das sommas correspondentes ao valor nominal das apolices, que as companhias substituirem por deposito de moeda metallica nas suas caixas, desde que o mesmo deposito estiver realizado.

Nesto caso deverão as mesmas companhias effectuar também em moeda metallica o troco total de seus bilhetes.

As apolices serão restituídas mediante a prova e na proporção do fundo metallico assim realizado.

Art. 6.º Também poderá ser elevada ao triplo do respectivo capital a emissão das companhias, que o constituirem em moeda metallica e se obrigarem a trocar por ella os seus bilhetes, dispensando-se neste caso o deposito exigido no art. 1º, respectada, porém, a disposição do artigo anterior quanto ao de que elle trata.

Art. 7.º As companhias emissoras de bilhetes ao portador e à vista reger-se-hão pelas disposições da Lei n. 3150 de 4 de Novembro de 1882 e seu regulamento, em tudo que não forem contrarios à presente Lei.

Art. 8.º Nos regulamentos e instrucções que expedir para execução desta Lei, o Governo dividirá as Provincias em regiões bancarias, fixando o maximo do capital das companhias que nellas possam constituir-se, e bem assim :

I. As obrigações dos fiscaes do que trata o § 3º do art. 1.º

II. O processo para os serviços que ficam a cargo da Caixa da Amortização, sem augmento do seu pessoal.

Art. 9.º Poderá o Governo contractar com alguma das companhias que se organizarem, na conformidade da presente Lei, o resgate do papel-moeda.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Novembro de 1888, 67.º da Independencia e do Imperio.

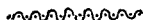
Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João Alfredo Corrêa de Oliveira.*

Chancellaria-mór do Imperio.— *Antonio Ferreira Vianna.*

Transitou em 27 de Novembro de 1888.— *José Julio de Albuquerque Barros.*

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda em 27 de Novembro de 1888.— *Augusto Frederico Colin.*



#### DECRETO N. 3404 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1888

Autorisa o Governo a jubilar, com o ordenado que actualmente percebe, o Lente da cadeira de theologia moral do Seminario Episcopal da Conceição do Cuyabá, Conego Antonio Henrique de Carvalho Ferro.

Hel por bem Sanceionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica o Governo autorisado a conceder jubilação com o ordenado que actualmente percebe, marcado pelo Decreto n. 3073 de 22 de Abril de 1863, ao Lente da cadeira de theologia moral do Seminario Episcopal da Conceição da Diocese de Cuyabá, Conego Antonio Henrique de Carvalho Ferro.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

José Fernandes da Costa Pereira Junior, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim



o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Novembro de 1888, 67º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*José Fernandes da Costa Pereira Junior.*

Chancellaria-mór do Imperio.— *Antonio Ferreira Vianna.*

Transitou em 30 de Novembro de 1888.— *José Julio de Albuquerque Barros.*— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 3 de Dezembro de 1888.— O Director da 2ª Directoria, *Balduino José Coelho.*



#### DECRETO N. 3405 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1888

Autorisa o Governo a conceder ao Bacharel José Antonio Rodrigues, Desembargador da Relação de Belém, até um anno de licença, com o respectivo ordenado.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Artigo unico. Fica o Governo autorizado para conceder ao Bacharel José Antonio Rodrigues, Desembargador da Relação de Belem, até um anno de licença, com o respectivo ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier; revogadas as disposições em contrario.

O Dr. Antonio Ferreira Vianna, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Novembro de 1888, 67º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Ferreira Vianna.*

Chancellaria-mór do Imperio.— *A. Ferreira Vianna.*

Transitou em 30 de Novembro de 1888.— *José Julio de Albuquerque Barros.*— Registrado.



## DECRETO N. 3406 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1888

Autorisa o Governo a conceder um anno de licença, com o respectivo ordenado, ao Desembargador da Relação de Goyaz, Bacharel Francisco de Paula Lins dos Guimarães Peixoto.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Artigo unico. Fica o Governo autorizado a conceder um anno de licença, com o respectivo ordenado, ao Desembargador da Relação de Goyaz, Bacharel Francisco de Paula Lins dos Guimarães Peixoto, para tratar de sua saúde onde lhe convier; revogadas as disposições em contrario.

O Dr. Antonio Ferreira Vianna, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Novembro de 1888, 67º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Ferreira Vianna.*

Chancellaria-mór do Imperio.— *A. Ferreira Vianna.*

Transitou em 30 de Novembro de 1888.— *José Julio de Albuquerque Barros.*— Registrado.



## DECRETO N. 3407 — DE 1 DE DEZEMBRO DE 1888

Manda contar ao Capitão-Tenente Antonio Calmon du Pin e Almeida, para sua antiguidade de classe, o tempo durante o qual serviu como Director das construcções navaes do Arsenal de Marinha da Bahia.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ao Capitão-Tenente da Armada Antonio Calmon du Pin e Almeida será contado, para sua antiguidade de classe, o tempo de serviço, como Director das construcções navaes do Arsenal de Marinha da Bahia, que perdeu por falta de condições de embarque.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Dr. Luiz Antonio Vieira da Silva, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 1 de Dezembro de 1888, 67º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Luiz Antonio Vieira da Silva.*

Chancellaria-mór do Imperio.— *Antonio Ferreira Vianna.*

Transitou em 10 de Dezembro de 1888.— *José Julio de Albuquerque Barros.*— Registrado. Estava o sello das Armas do Imperio.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha em 15 de Dezembro de 1888.— *Adolfo Paulo de Oliveira Lisboa.*

